

***Papel que fez o Padre Antônio Vieira
a favor da entrega de Pernambuco
aos holandeses¹***

Senhor: – Conforme a ordem de vossa majestade, vi o papel incluso, que verdadeiramente compreende toda a matéria, e a pondera, por uma e outra parte, com grande juízo e notícias; e ultimamente vem a concluir, que em caso que os holandeses não queiram vender Pernambuco, mais nos convém a guerra, que a paz, provando e confirmando esta opinião, com tudo o que se pode dizer nela.

Mas porque vossa majestade foi servido mandar-me que no mais breve estilo que fosse possível, escrevesse as razões que tinha pela parte contrária; seguindo a ordem de vossa majestade e segundo a disposição do mesmo papel, dividirei esta resposta em quatro pontos:

No primeiro, mostrarei que os inconvenientes que se consideram, não são tão verdadeiros, nem tão grandes, como parecem. No segundo, que os meios que se apontam para melhorar o tratado, ainda que sejam muito convenientes, não são aceitáveis. No terceiro, responderei às razões com que no tal caso se persuade a guerra, e provarei que em todos nos convém mais a paz. No quarto, declararei

.....
1. Este documento, escrito em 1648, ficou mais conhecido com o apelido de “Papel Forte”, dado à época mesma de sua apresentação a D. João IV, como referência à *força* dos argumentos com que fazia frente à opinião majoritária dos conselheiros de Estado.

como os meios que se oferecem para fazer a guerra, ainda que fossem possíveis, não são suficientes.

Primeiro ponto

Este ponto mostra os inconvenientes que há nos artigos da capitulação, pela ordem seguinte:

Primeiro inconveniente

O primeiro inconveniente em que se repara é o da religião, o qual se prova por quatro razões:

A primeira, porque vossa majestade entrega vassallos católicos a hereges holandeses. Responde-se, que vossa majestade não os entrega, antes capitula por eles, que se poderão sair livremente com seus bens todos os que quiserem, e se lhes há de dar tempo e comodidade de passagem, para que o possam fazer sem nenhum risco, antes com grandes conveniências, não só para o espiritual, senão ainda para o temporal, como se verá ao diante.

Segunda, porque os ditos portugueses, debaixo da obediência dos holandeses, não terão prelados, nem ministros eclesiásticos. Responde-se, que os portugueses que quiserem ficar hão de ter ministros eclesiásticos, assim seculares como regulares, e uso livre da religião cristã; que esta foi a forma da capitulação da Paraíba, a que o artigo se refere. E sendo que capitularam isto os holandeses com os seus rendidos, e não com um rei de Portugal, como agora fazem, consta que sempre os homens da Paraíba tiveram igrejas, vigários, curas, e o uso da religião livre; não porque os holandeses não folgassem de os ver reduzidos à sua, se pudessem; mas porque sabem que no ponto que não concederem liberdade de religião, não terão portugueses.

Terceira, porque cessará por esta via a propagação de fé naquelas terras, que a este fim nos foram concedidas pelos sumos pontífices. Responde-se, que em Pernambuco muitos anos antes de lá irem os holandeses, já não havia conversões nem propagações da fé, por falta de gentios; o que só havia eram algumas aldeias de índios já cristãos, a principal parte dos quais se passaram para a Bahia com o camarão²; e outros se meteram com os holandeses. De maneira que ainda que se entregue a parte da companhia que temos em Pernambuco, não entregaremos índio algum daquelas terras que nos foram dadas para plantar a fé, nem com isso se impedirá alguma propagação dela.

Quarta, porque parece se não pode fazer isto em consciência. Responde-se, que ainda que se admitira tudo o que se tem negado, não era contra a consciência; porque aos príncipes católicos é licito entregar praças e vassallos a seus inimigos, ainda que sejam hereges, quando o fazem por necessidade, e por evitar maiores danos, de que há infinitos exemplos, e de presente temos o do imperador com os suecos, e de el-rei de Castela com os mesmos holandeses; os quais príncipes sendo tão católicos, obrigados da necessidade, não só não capitularam liberdade de religião para seus vassallos (como vossa majestade faz) mas sabiam e supunham de certo, que em lugar de ministros católicos, se haviam de pôr logo nas igrejas os de Lutero, e de Calvino, como se fez; e há casos em que isto é não só lícito, mas fora pecado grave fazer o contrário.

Conforme a esta teologia, que é verdadeira, devia vossa majestade entrar em grande escrúpulo, quando, por não restituir aos holandeses a companhia que tinham em Per-

.....

2. Vieira refere-se a Antonio Filipe Camarão, chamado Poti pelos indígenas: chefe potiguar, educado pelos jesuítas, que, ao lado de Matias de Albuquerque, distinguiu-se no combate aos holandeses de Pernambuco.

nambuco, em que não há conversão de gentios, nem mais cristandade, que a dos portugueses e seus escravos (que se podem retirar ou viver ali com uso livre da religião católica), expusesse vossa majestade o manifesto perigo de todas as cristandades da Índia, que é certo que se não podem conservar em guerra com Holanda, e as conversões de tantos reinos e impérios regados com o sangue de tantos mártires, que é a maior dilatação da fé, que nunca teve a igreja.

E para que se veja a pouca consideração que tem Pernambuco com tudo isto, porei aqui somente o número dos cristãos convertidos, que os padres da companhia têm com suas doutrinas em diversos reinos do cabo da Boa Esperança para lá.

Em Moçambique e rios de Cuama, quinze mil cristãos. Na ilha de Salsete de Goa, cem mil. Na ilha de Salsete do Norte, duzentas e cinqüenta mil. No Samorim e Taner dois mil. Na Cristandade da Serra, duzentas mil. No reino de Muterte, cinco mil. No Maduré e reinos vizinhos, sete mil. Em Manar, doze mil. Em Genefatão, sessenta mil. Na costa de Travancor, quarenta mil. Na costa da Pescaria, oitenta mil. No Ceilão, quarenta mil. Em Malaca, vinte mil. Em Bengala, quatro mil. Na China, sessenta mil. Na Cochinchina, vinte mil. Em Amboino, vinte mil. Em Pegu, dez mil. Em outras ilhas dos malucos, em que assistem portugueses, vinte mil. Em Tunquim, duzentos mil. Em Aynam, cinco mil. No Japão, duzentos mil.

Soma o número destes cristãos, um conto³ cento e noventa mil almas; e fora estas que doutrinam só os padres da companhia, há outras muitas cristandades nos mesmos e diversos reinos que pertencem aos religiosos de Santo Agostinho, S. Domingos e S. Francisco, além das muitas que administram sacerdotes seculares, as quais todas fazem um número de almas inumerável.

.....
3. Um conto: um milhão.

Mas é muito ainda maior, o que se espera converter naquelas vastíssimas regiões, principalmente nos quatro impérios do Japão, China, Mogor e Etiópia, cada um dos quais iguala em multidão à terça parte da Europa e todos têm já dado entrada ao evangelho.

E pois a glória de Deus e aumento da fé católica é a primeira obrigação de vossa majestade, enquanto rei das conquistas, aqui devia fazer o maior reparo o zelo dos ministros de vossa majestade, e considerar se é razão que se ponha a tão evidente perigo tudo isto, para conservar uma parte tão duvidosa que nos resta de Pernambuco, aonde não há conversões sem cristandades.

Finalmente, senhor, o escrúpulo desta matéria, não consiste se pode vossa majestade fazer a restituição; porque é certo que pode: toda a dúvida e todo o escrúpulo está em se pode vossa majestade, suposta a necessidade presente, deixar de fazer a dita restituição; fundando-se a dúvida em um argumento evidente, que é este.

As conquistas de Portugal e o mesmo reino ficam em manifesto perigo de se perderem, se além da guerra de Castela, a tivermos também com Holanda: Holanda não quer vir na paz, sem que se lhe restitua o que tinha em Pernambuco; logo tem vossa majestade obrigação em consciência de mandar fazer a dita restituição.

A conseqüência, que é só o que aqui pertence aos teólogos, nenhum deles a negará. O primeiro antecedente, que pertence aos soldados e políticos, é evidente, e se mostrará no discurso deste papel; e o segundo antecedente, provam os mesmos holandeses nos seus tratados.

Segundo inconveniente

O segundo inconveniente é o da piedade ou justiça com que se persuade que tem vossa majestade obrigação de sus-

tentar aos portugueses de Pernambuco na guerra que emprenderam; e isto por duas razões:

Primeira, porque aqueles fiéis vassallos expuseram suas vidas e fazendas por livrar aquelas terras de heresias, e lançar delas as seitas de Lutero e Calvino. Responde-se, que o levantamento se fez contra a vontade de muitos, os quais hoje e sempre abominaram tal guerra; e os principais que a moveram, foi porque tinham tomado muito dinheiro aos holandeses, e não puderam, ou não o quiseram pagar; o que é muito diferente da razão que se alega.

Segunda, porque aqueles portugueses dizem, se levantaram por ordem de vossa majestade, e com promessa de que vossa majestade os socorreria e sustentaria. Responde-se, que não consta de tal promessa de vossa majestade, e em caso que a houvesse, não tem vossa majestade obrigação de a cumprir, com pôr a risco toda a monarquia; principalmente que essa promessa, se a houve, foi fundada nas que os homens de Pernambuco fizeram, de haverem de tomar logo o Arrecife, e em outras informações e esperanças falsas, que lhes fez crer o desejo da liberdade; e como da sua parte faltaram às condições do contrato, também da parte de vossa majestade cessou a obrigação de o cumprir.

Mas dado que vossa majestade devera e pudera socorrer os portugueses de Pernambuco, maior é a piedade de que se usa com eles, e maior o benefício que se lhes faz, em se poderem retirar livremente para a Bahia e Rio de Janeiro, por meio da paz, que com os sustentar em tão incerta guerra na campanha de Pernambuco.

Porque na campanha (demais de ficarem suas pessoas expostas aos trabalhos e perigos da guerra, e variedade de seus sucessos), a fazenda que tiverem, e tudo o que levarem, é certo que parte há de ser do inimigo, assim em terra como em mar, e a outra parte, ou tudo (se escapar) se há de despender nos gastos da mesma guerra, e não será pouco, quando baste.

Pelo contrário passando à Bahia ou Rio de Janeiro, como levam os seus escravos consigo, que é o principal cabedal do Brasil, a qualquer parte que chegarem, começarão logo a lavar e fazer fazenda, a qual lograrão toda inteira sem os trabalhos e sobressaltos da guerra: e demais disso gozarão os privilégios que vossa majestade por sua grandeza e clemência lhes concederá; que podia ser o ficarem isentos de pagarem dízimos, nem tributos por alguns anos, e isto mesmo servirá também de os convidar a que todos se passem.

E para que não pareça que será penoso no estado presente aos moradores de Pernambuco deixarem suas terras, ou por melhor dizer, o trocarem-nas por outras, temos o exemplo e a experiência de muitas famílias, mais e menos principais do mesmo Pernambuco, que só por se livrarem dos inconvenientes da guerra se passaram com seus escravos para a Bahia e Rio de Janeiro, onde hoje, sem gozarem privilégio algum, vivem em sua antiga fortuna.

E depois dos levantamentos da campanha, fizeram o mesmo os moradores do Rio Grande, Paraíba e Paraíba (onde a necessidade os obrigava a viver na guerra) os quais queimaram suas casas, e sós com seus escravos se passaram para o cabo de S. Agostinho, e folgaram muito de ter caminho e licença para se recolherem a terras onde lograssem o seu desterro em paz.

De tudo o dito se segue, que não é impiedade, senão benefício, o que se capitula sobre os homens de Pernambuco, ainda considerados separadamente. Mas se os considerarmos como membros de Portugal, a impiedade e crueldade seria querer que se arriscasse todo o corpo, por não deixar cortar uma parte tão pequena, e tão corrupta, e que tão dificilmente se pode conservar, como se verá ao diante.

Terceiro inconveniente

O terceiro inconveniente é da reputação, a qual parece fica menoscabada por duas razões:

A primeira, porque dirá o mundo que ou no levantamento faltamos à fé, ou na restituição faltaram as forças. Responde-se, que pior será, que possa também dizer o mundo, que por não querer restituir nos perdemos. E quanto ao da fé e das forças, uma e outra coisa é tão patente, que não há mister o mundo os artigos deste tratado para o conhecer.

A opinião dos reinos e dos reis, consiste em tratarem do que mais convém à sua conservação; e o príncipe que melhor se sabe conservar, é o que maior opinião adquire no mundo.

A razão por que o levantamento de Pernambuco se reputou mal de todos os políticos, foi porque não julgaram por boa máxima de estado abriremos uma nova guerra, quanto tínhamos outra superior às nossas forças; e para serenar esta ruim opinião parece melhor caminho emendar aquela desgraça, que continuá-la.

Segunda, porque é descrédito capitular condições desiguais. Responde-se, que isto se entende quando são iguais as causas, e iguais as forças. Mas ainda sem reparar nesta consideração, mostrarei que na desigualdade de todas as condições do tratado, as vantagens estão pela nossa parte e não pela dos holandeses.

A condição das dívidas que se hão de pagar de parte a parte; a dos castelos dez léguas retirados das fronteiras; a da inclusão dos príncipes confederados nas conquistas etc., não têm desigualdade nem dúvida, porque são condições recíprocas.

A condição da paz geral em todas as partes do mundo, é muito vantajosa para nós, pelo muito que nos importa, e pelos grandes interesses que os holandeses podiam esperar da guerra na ocasião que estamos divertidos com a de Castela.

A condição da restituição das capitâneas de Pernambuco, que os holandeses nos tinham tomado quando estáva-

mos sujeitos a Castela, é favorável por nossa parte; porque eles possuíam aquelas capitâneas inteiras e florentes, e nós lhas restituímos com as povoações destruídas, com os engenhos e fazendas queimadas, e quase tudo despovoado de gados e de lavradores, e de muita outra gente, de que não tiravam menos ganância pela mercancia.

Replica-se a isto, que aquelas terras eram nossas, por nos serem dadas pelos sumos pontífices, e que os holandeses não as podiam tomar com justiça, por serem eles rebeldes a el-rei de Castela, e el-rei de Castela intruso em Portugal.

Responde-se, que estas razões, e outras semelhantes, eram muito boas, se houveram de ser julgadas na casa da supplicação, ou nos nossos confessionários; e ainda aí tinham muito que pleitear e averiguar; mas o que dá e tira os reinos no mundo, é o direito das armas, cujas leis ou privilégios são muito mais largos; e segundo este direito costumam sempre capitular os príncipes, principalmente quando um deles é menos poderoso; e só servem as razões e opiniões da justiça, para quando o que ficou leso, se torna a ver em melhor fortuna. E para então são muito boas todas as razões que temos contra os holandeses, e todos os agravos que deles houvermos recebido, os quais é bem que se escrevam em lâminas de bronze, para seu tempo; mas por agora se há de estimar tudo o que nos tomaram os holandeses como se fora seu, e como tal se há de ter por condição muito favorável que se contentem com que se lhes restitua danificado e diminuído, o que possuíam inteiro e florente.

A condição de lhes restituirmos a terceira parte de Sergeripe, é também a nosso favor; porque os holandeses tinham direito às três capitâneas do Maranhão, Ceará e Sergeripe, por as haverem tomado em tempo hábil, conforme a capitulação da trégua, na qual se concedeu que tudo que fosse tomado em espaço de oito meses antes da publicação, ficasse para quem o tomasse; e favor é, que por três capitâneas que os holandeses tomaram dentro deste tempo, se lhes haja de restituir só a terceira parte de uma.

Replica-se, que estas capitâneas foram tomadas com dolo. Mas a isso respondem os holandeses (e o podem provar com testemunhas) que eles ofereceram ao embaixador de vossa majestade, que ficassem as coisas como estavam, e que o advertiram de que tinham mandado fazer algumas facções, ao que ele respondeu, como tão valente: *Se tornarem, irei eu, e tornarei.*

A condição de poderem sair os portugueses com seus bens móveis, e vender ou arrendar os de raiz, toda é em favor nosso, e em grandíssimo dano dos holandeses; porque as fazendas do Brasil mais consistem no lavrador, que na terra.

A condição de nos comprarem os holandeses os bois, cobres e mais fábrica que tivermos, também é em nosso favor; porque nos vêm a comprar o que era seu, pois era de homens seus súditos, e que trabalhavam para eles.

A condição de lhes pagarmos seiscentos mil cruzados, ou dez mil caixas de açúcar, meio branco, e meio mascavo, em tempo de dez anos, é a mais favorável para nós que se podia imaginar, suposto ser este preço dado em satisfação das perdas e danos que aos holandeses temos causado, depois do levantamento de Pernambuco; os quais somam uma quantia de dinheiro tão excessiva, que nenhuma proporção tem com o que lhes damos; porque, não falando em cidades, lugares e engenhos queimados, têm perdido os holandeses quatro safras inteiras de açúcar, e os dízi-mos e direitos de outros tantos anos, e os interesses de todo o cabedal da companhia, e os socorros que por esta causa meteram em Pernambuco, e a infantaria que acrescentaram, e sobretudo duas armadas muito poderosas, a de Segismundo, e a de Vitevites⁴, das quais a segunda lhes custou quarenta e sete tonéis de ouro, que montam na nos-

.....
4. Witte de With: almirante holandês que chegou ao Recife, com reforços, em março de 1648.

sa moeda, dois milhões trezentos e cinquenta mil cruzados. Julgue-se agora se foi favorável concerto por nossa parte, reduzir-se tudo isto a seiscentos mil cruzados pagos em tantos anos.

Replica-se a esta razão, que também os holandeses nos deram grandes perdas na ida de Segismundo a Taparica, e na presa de tantos navios que nos tomaram. Mas respondem os holandeses que a sua guerra foi justa, porque eles foram os provocados, e nós os agressores, e que depois da trégua não fizeram agravo algum aos moradores da Bahia, senão depois que eles de lá vieram ajudar os rebelados, e fazer publicamente guerra. E com esta razão, que fora melhor não ser tão verdadeira, desculpam todos os excessos que nas outras partes nos hajam feito seus soldados, depois dos movimentos de Pernambuco.

E quanto aos danos que nos fizeram em Angola e S. Tomé antes dos ditos movimentos, e depois da publicação da trégua, respondem que eles sempre estiveram aparelhados para nos darem toda a satisfação, e que assim se assentou nos estados, os quais o deram por escrito ao embaixador Francisco de Andrade Leitão, como se pode ver da mesma resposta, a qual se não deu à execução, porque nós a não quisemos aceitar, e continuarmos em pretender não só a restituição das perdas e danos causados depois da publicação da trégua, senão a entrega das mesmas praças, que foram tomadas antes da dita publicação, e por conseguinte em tempo hábil.

A condição que trata de Angola, não foi admitida pelos holandeses na forma que estava no artigo; mas entre eles e o embaixador de vossa majestade ficou em prática, e com tanto que uns e outros tivessem negros, o negócio se ajustaria: e nesta forma não ficaria a condição pouco a nosso favor; suposta a capitulação da trégua, porque em um capítulo dela se diz, que quanto aos lugares de África, quem for senhor da fortalezas, o será também das terras interjacentes.

tes; e segundo esta regra pouco nos ficava a nós que pretender nas costas de Angola, sendo os holandeses senhores de Luanda e Benguela, que são todas as fortalezas que nelas havia.

Esta é, senhor, a desigualdade das condições que tanto se abominam, capituladas com uma república a mais florente, a mais poderosa, e a mais soberba do mundo, por um reino hoje de menos poder, e cercado por todas as partes de um tão superior inimigo.

Confesso que podiam as condições ser mais favoráveis, e muitos cuidam que ainda o poderão ser; mas os que lerem as pazes que nos mesmos dias capitulou Castela com Holanda, e o império com Suécia, acharão que comparadas umas com outras, as mais honradas são as nossas; e contudo não gastou Portugal milhão e meio em peitas como Castela, nem deu seis milhões de ridaides (que são oito milhões dos nossos cruzados) aos soldados de Holanda, como o império aos de Suécia para os contentar.

Quarto inconveniente

O quarto inconveniente, é o muito que damos aos holandeses e se mostra por três razões:

Primeira, porque damos aos holandeses um estado como o do Brasil. Para responder a este inconveniente, é necessário dizer primeiro o que são as capitánias de Pernambuco, e o que nelas têm os holandeses, porque não há coisa mais vulgar nesta costa, que dizer-se que os holandeses estão fechados no Arrecife, que nós lhes queremos dar o Brasil.

As capitánias de Pernambuco em extensão das terras, são a décima parte do Brasil; mas na estimação e valor, por serem cultivadas antes deste levantamento, se podiam computar pela terceira parte, porém a metade de tudo isto está hoje arruinado e destruído.

Os holandeses têm nas capitánias de Pernambuco e fortaleza do Rio Grande (que é a melhor que tínhamos em todo o Brasil) e também possuem toda a campanha⁵, onde só se conservam ainda hoje gados, e dela se sustentaram os holandeses nas fomes passadas.

Têm mais o Cabedelo e porto da Rainha, e nele três fortalezas, a principal das quais que se chama Margarita, é como uma vila. A cidade está queimada, porque a desampararam os nossos, como toda a campanha daquela capitania, em que não temos coisa alguma.

Segue-se Tamaracá, no qual possuem os holandeses toda a ilha, e nela três fortalezas, uma no Monte, e duas na Marinha. Também agora depois da batalha, têm edificado uma fortaleza em Guracu (que os nossos lhes não puderam estorvar) para nos cortarem o passo, e dominarem toda a campanha do Norte.

Têm finalmente, em distância de três léguas a vila de Olinda (posto que em grande parte arruinada) com o reduto de João de Albuquerque, e as outras fortificações que lhes acrescentaram. O forte dos Perrexis, o forte de Brum, a fortaleza da terra, a fortaleza do mar, a fortaleza das Três Pontes, a vila do Arrecife toda fortificada com muitas baterias, a fortaleza de santo Antônio, a cidade de Maurícia com suas fortificações, a Barreta, a fortaleza das Cinco Pontes, a dos Afogados, e ultimamente a de santo Antônio, que nós deixamos.

Daqui ao Rio Grande há cinqüenta léguas de costa, de cuja campanha não defendemos coisa alguma. E este é o penhasco do Arrecife em que estão metidos ou encurralados (como dizem) os holandeses.

Os portugueses têm o resto da campanha, que se estende por espaço de outras cinqüenta léguas para a parte

.....

5. Termo empregado aqui com o sentido de campo ou planície no interior da área de beligerância.

do Sul, e se defende do inimigo na fronteira com algumas trincheiras, donde há estâncias ou corpos de guarda, e duas fortalezas principais, uma na terra a dentro, onde temos o arraial, e outra na costa do cabo de santo Agostinho, que também defende aquele porto, que não é dos melhores.

Ainda há muitos engenhos nesta nossa campanha, em que se lavra açúcar, mas os gados são quase extinguidos totalmente; nem pode haver quantidade de pescado, por serem os holandeses senhores de toda a costa. As farinhas também são poucas, por se ocupar a gente na guerra, e na lavoura das canas, com que se padecem grandes fomes e misérias.

Em toda esta costa que corre do cabo de santo Agostinho até o rio de S. Francisco há muitos portos, como são o da Pojuca, Tamanderé, Una, Barra Grande, Porto Calvo, Alagoas, e outros, os quais todos não têm fortificação nem defesa alguma; e o principal receio dos nossos é, que o inimigo ocupe e se fortifique em algum deles, com que ficarão cortados para os socorros da Bahia, e com o inimigo também pelas espaldas, que será um gênero de guerra fácil de conseguir aos holandeses, e que reduzirá os nossos a grandes apertos.

Finalmente (para que digamos tudo de uma vez), a campanha de Pernambuco não se pode sustentar nem defender, se continuar muito a guerra; e basta por prova a experiência da conquista passada, em que tantos socorros e tantas armadas (que nós hoje não podemos mandar) serviram só de dilatar a guerra, mas nunca a puderam melhorar, antes fomos sempre perdendo, até que se perdeu tudo.

Pelo contrário, retirando-se a nossa gente dali (antes que chegue a estado que não possa) transplantaremos Pernambuco a outra parte, pois o que nos falta não são terras, senão habitantes; os quais levarão e trabalharão para si, e não para os holandeses, como até agora fizeram não só antes do levantamento, mas ainda depois.

De toda esta relação (que é só a verdadeira) se deixa bem ver que em largarmos as capitâneas de Pernambuco aos holandeses, não lhes damos tanto como se imagina: damos-lhes o que era seu; damos-lhes parte do que eles possuíam tão principalmente; damos-lhes o de que nós temos o trabalho, e eles colhem o fruto; damos-lhes por vontade o que nos hão de vir a tomar por força; finalmente, damos-lhes o que lhes não fica a eles, antes o levamos conosco se nos quisermos retirar.

Desta maneira damos Pernambuco aos holandeses, e não dado, senão vendido pelas conveniências da paz, e não vendido para sempre, senão a retro aberto, para o tornarmos a tomar com a mesma facilidade, quando nos virmos em melhor fortuna; que agora, é querer perder isto e o demais.

Em conclusão, senhor, considerado tudo o que temos em Pernambuco, é uma guerra, e se se puser em fiel da balança a despesa que esta guerra há de fazer com todo o rendimento que vossa majestade pode tirar da campanha de Pernambuco, é certo que não há de igualar o rendimento à décima parte da despesa, como a experiência já tem mostrado.

Logo julgue-se, se no tempo em que vossa majestade e a sua fazenda têm tanto que despender, é razão que o reino e as conquistas se arrisquem pela defesa duvidosa de uma campanha, que há mister tanto mais para se assistir, do que tudo o que pode render a vossa majestade, sendo sempre a despesa certa e necessária, e o rendimento arriscado e duvidoso.

Segunda, porque damos Angola, e pelo conseqüente o Brasil, o qual não se pode conservar sem negros. Responde-se, que já está explicado o modo com que se capitula sobre Angola; no qual sempre nós havíamos ser senhores dos negros, e só se duvidava se havíamos de dar aos holandeses os que lhes fossem necessários para Pernambuco.

Terceira, porque damos Segeripe, que é o mesmo que entregarmos a Bahia, porque sendo os holandeses senho-

res de Segeripe, o ficam sendo dos gados e mantimentos de que a Bahia se sustenta.

Responde-se, que Segeripe tão célebre neste tratado, hoje não é nada, e nunca foi tão grande coisa como se imagina. Deu porventura motivo a esta equivocação, chamar-se na Bahia geralmente Segeripe, tudo aquilo que fica da torre de Garcia Dávila para o Norte, não sendo verdadeiramente Segeripe senão uma capitania que está distante da Bahia cinqüenta léguas, e o rio do mesmo nome (que é o que nos havia de dividir dos holandeses) que dista mais de sessenta léguas.

Daqui se segue primeiramente, que a distância não fica sendo tão pequena como se considera; principalmente havendo de ficar as fortalezas dos holandeses dez léguas mais atrás conforme o capitulado, e sendo todas as terras que estão em meio, retalhadas com muitos rios caudalosos, e com bosques e caminhos inacessíveis e incapazes de marcha, como experimentaram as tropas de D. Francisco de Moura, quando por mandado do marquês de Montalvão, foram desalojar dali o inimigo; o qual quando queria intentar alguma coisa na Bahia, não o pôde fazer senão por mar, e para isso não há de sair do rio de Segeripe, que mal é capaz de barcos, senão do porto do Arrecife, com que a distância fica sendo sempre a mesma.

Quanto aos mantimentos, sabida coisa é, que os de que se sustenta a Bahia, nunca jamais vieram de Segeripe, senão de Cairu, Boipeba e Camanu, que ficam quinze até vinte léguas para a parte do Sul, e mais de oitenta de Segeripe.

Gados havia antigamente em Segeripe; mas depois que aquela capitania foi duas vezes tomada pelos holandeses, ficou totalmente deserta. E se acaso depois do levantamento de Pernambuco se lhe tem metido algum gado, pode-se tirar outra vez, e não será a primeira que isto se tem feito.

De maneira, que o que se dá aos holandeses, não são gados, nem é Segeripe, senão a terça parte de Segeripe, e

esta deserta: e além das duas partes que nos ficam, temos também o rio Real e Tapecuru, a Cachoeira, a Terra Nova, a torre Taparica, a Matta e outras muitas terras de gados, de que se sustenta e sustentou sempre a Bahia. Mas ainda essa terça parte de Segeripe, que se tem prometido aos holandeses, se pode resgatar facilmente, dando-lhes algum dinheiro ou açúcar por ela, com que cessa toda a questão.

Quinto inconveniente

O quinto inconveniente é o dano que, segundo o que está tratado, receberá a fazenda de vossa majestade, por três razões:

Primeira, pela soma de dinheiro ou açúcar que se há de pagar aos holandeses. Responde-se, que este dinheiro ou açúcar pago em tantos anos não é quantidade considerável; e já se tem apontado meio com que vossa majestade o pode pagar sem diminuição alguma de sua real fazenda, nem da dos vassallos; que é mandar vossa majestade receber por sua conta dízimos do açúcar da Bahia e Rio de Janeiro, que se costumam arrecadar, e montam cada ano ao menos, duas mil e quinhentas caixas de açúcar.

Segunda, porque com a entrega de Pernambuco, diminuirão os direitos do açúcar, faltando o que de lá vinha. Responde-se que não hão de diminuir os direitos do açúcar, porque se hão de passar a lavrá-lo na Bahia e no Rio de Janeiro, os que o lavraram em Pernambuco, e porque havendo paz, chegará todo a salvamento.

Antes, se houver guerra, é certo que hão de ter grande diminuição os direitos do açúcar, não só pelo que se há de temer, senão pelo que se não há de fazer, como aconteceu na Bahia o ano que lá esteve Segismundo, em que não moeram os engenhos, e faltaram por esta causa dezesseis mil caixas de açúcar, que pagam em todos os direitos mais de trezentos mil cruzados.

Terceira, porque sendo os holandeses senhores de Pernambuco, hão de lavrar tanto açúcar que o dêem a todo o Norte, e não virão navios estrangeiros buscar o nosso, com que cessam os direitos das fazendas que eles trazem, e se diminuirá muito o comércio.

Responde-se, que os holandeses tendo arte para tudo, só para lavrar açúcar lhes falta, como tem mostrado a experiência em tantos anos; e retirando-se os portugueses da campanha de Pernambuco, e ficando ela no estado em que está, é certo que nunca lavrará muito açúcar.

E quando (o que é impossível) chegar a haver todo o que houve no tempo mais florente, nunca por isso há de deixar o nosso açúcar de ter saca: e os mesmos holandeses são os primeiros que hão de vir buscá-lo, como se viu por experiência nos anos de 641 até 645, em que todos os engenhos de Pernambuco estiveram em paz, e vieram a Holanda todos os açúcares que lá fizeram, e nem por isso deixaram os nossos de ter melhor preço e melhor saca; porque os estrangeiros têm mais conveniência de comprá-lo a nós, que a eles, e para o Levante, Espanha e França, têm mais conta levarem-se de Portugal, que de Espanha.

Finalmente, quanto tudo o que neste inconveniente se considera fora certo, mais certo é, senhor, que não terá tanta diminuição a fazenda de vossa majestade em um ano de paz, quanto será necessário para um só mês de guerra.

Sexto inconveniente

O sexto inconveniente se funda, em haverem os homens de Pernambuco de pagar as suas dívidas, e isto por duas razões:

Primeira, porque já antes da guerra não tinham cabedal para pagar as dívidas, e agora o terão menos para pagar as dívidas e os interesses: de que se segue, que se não poderão sustentar.

Responde-se, que quem não tem não paga, mas quem deve, não é justiça que fique livre da obrigação de pagar, e por isso foi força conceder esta condição aos holandeses, da qual se não pode fugir sendo recíproca.

A forma dos pagamentos ainda não está capitulada, e só se assentou, que se concederá aos que passassem para as terras de vossa majestade, as mesmas larguezas que concederem aos que ficarem em Pernambuco, que será sem interesses, e largos prazos, de maneira que possam viver e pagar.

Mas isto se poderá remediar facilmente fazendo uma avença com os holandeses, e reduzindo todas as dívidas a uma certa quantidade de dinheiro, paga em tantos anos, que se tirará dos devedores pelo modo mais suave que puder ser; ou vossa majestade por sua grandeza real, poderá mandar pagar do açúcar dos dízimos, que pelo novo modo da cobrança dará para tudo, sem fazer falta ao que se aplicava o pouco que rendiam.

Segunda, porque sobre a cobrança das dívidas há de haver muitas demandas, que impossibilitam a paz. Responde-se, que as demandas dos particulares não perturbam a paz dos príncipes, e em tantas distâncias de lugares, e depois de tanta espera de tempos, nunca podem as demandas ser muitas; porque se perderá mais em as assistir, do que em as deixar.

E finalmente, a experiência nos mostra que isto de dívidas sempre se capitula, mas nunca se executa. E quando pareça inconveniente, já fica apontado o remédio com que se pode impedir.

Sétimo inconveniente

O sétimo inconveniente considera, que ficarão os portugueses de Pernambuco impossibilitados a mudar de terra por outras duas razões:

Primeira, porque não hão de ter com que, por serem obrigados a vender seus móveis, bois, cobres, e isto por preços moderados, que lhes hão de ser mal pagos, principalmente sendo os holandeses os juízes.

Responde-se, que os juízes ou avaliadores, um há de ser português, e outro holandês, e o mesmo capítulo que a nós nos obriga a vender, os obriga também a eles a pagar; e se não pagarem não venderemos.

Quanto aos móveis, o artigo reza o contrário do que aqui se supõe, porque diz, que se poderão sair com todos os seus bens móveis de qualquer qualidade que sejam, isto é, dinheiro, roupa, escravos, cavalos do serviço das pessoas, açúcares, e só excetua as criações, gado, ou outras coisas pertencentes aos engenhos, as quais melhor se podem retirar reduzidas a dinheiro, que em própria espécie, pois custaria mais a levá-las, do que valem: assim que, esta condição não só não impossibilita, mas facilita o passarem-se os portugueses de Pernambuco a outras terras.

Segunda, porque a Bahia, Rio de Janeiro, e as demais praças do Brasil, são faltas de mantimentos; e passando-se para elas a gente de Pernambuco, não só as não acrescentarão, mas servirão de as impossibilitar.

Responde-se, que não há terra no mundo mais larga e mais fértil, nem mais abundante (havendo qualquer diligência) que o Brasil. Nunca ninguém lá morreu de fome.

Com Luiz Baracho se retiraram da campanha de Pernambuco mais de sessenta mil almas; e vindo atravessando por matos e desertos, sem prevenção alguma de mantimentos, nunca lhes faltou com que sustentar a vida. O mesmo sucedeu na retirada geral depois da perda do arraial, que foi ainda de maior número de gente.

Quanto mais, que fazendo-se a paz, os portugueses de Pernambuco não se hão de sair de suas casas senão com toda a comodidade, e depois de feitas as prevenções necessárias nas mesmas terras, para onde hão de passar. Com

paz tudo sobeja, principalmente havendo de levar consigo os escravos, que são os que naquelas partes sustentam a seus senhores; e há mil gêneros de mantimentos lá, que vêm em quatro meses, em três, e em dois, assim que, este receio não é de cuidado.

Oitavo inconveniente

O oitavo inconveniente, que tem mais em reparar, é não nos darem os holandeses segurança de guardar paz, sendo justo o receio que se deve ter que depois de restituído Pernambuco rompem a guerra, e tratem de nos tomar o demais, não se podendo esperar menos da pouca fé que costumam guardar a todos, e do mal que a nós nos guardaram a trégua.

Responde-se, que é muito para dar graças a Deus, que oferecendo-se ontem pela nossa parte, caução de segurança aos holandeses, já hoje nos não contentamos senão que eles no-la dêem. Não devia tomar-se a primeira resolução sem mui forçosas razões, mas bastou contra todas a nova de um bom sucesso, que tanto mais teve de milagroso, quanto mais nos avisa da desigualdade do nosso poder.

As causas do mal que nos guardaram a trégua os holandeses, já se tem dito que foram no princípio a capitulação dos oito meses, que deu motivo aos excessos de Angola, e depois os movimentos de Pernambuco, a que se seguiram em correspondência semelhantes hostilidades, e sobretudo o não querermos aceitar a paz que os holandeses nos ofereceram, os teve sempre em desconfiança, considerando-nos como homens, que dilatávamos a guerra para melhor ocasião.

Mas tudo isto se atalha capitulando paz geral e perpétua, com as cautelas do que as experiências do passado nos têm advertido. E para que possamos crer com certeza

humana que os holandeses nos guardarão esta paz há razões de grande probabilidade.

Primeiro, a fé pública de uns estados que agora começam a ser república livre, e não hão de querer pôr esta nota na primeira ação que fazem, de que comumente se julgam no-la demais.

Segunda, porque os holandeses têm paz com todos os príncipes e nações do mundo, e assim como a guardam aos outros, no-la guardarão também a nós.

Terceira, porque depois de uma guerra de oitenta anos, desejam geralmente os povos de Holanda, lograr o descanso e quietação da paz.

Quarta, porque Holanda tem grandes interesses e conveniências com a paz de Portugal, porque somos vizinhos em todas as partes do mundo, e lhes importa muito terem francos os nossos portos, e poderem lograr a utilidade das nossas drogas; e ainda que estes interesses não sejam grandes, como os que podem esperar da guerra, contudo são mais certos e sem despesa.

Quinta, porque os futuros que dependem da vontade alheia, só se podem conjecturar pelas ações presentes; e todas as dos holandeses neste tratado, mostraram sempre ser encaminhadas a uma paz segura; pois insistiram com grande tenacidade em coisas que lhes não havemos de cumprir, se não tivermos paz, como quem supunha, que não havia de ter mais de nós, que aquilo que por esta capitulação ficasse; e se fora outro o seu ânimo, depois que lhes oferecemos as capitâneas de Pernambuco, não tratariam de insistir no demais, nem admitiriam dinheiro, nem açúcares para prazos tão dilatados.

Sexta, porque o açúcar que lhes havíamos de dar, é a pagamentos de dez anos, em todos os quais aquele interesse nos servirá de um gênero de caução.

Sétima, porque de Pernambuco não se pode tirar proveito algum sem escravos, e sendo nós senhores de Ango-

la, não podem os holandeses ter escravos senão pela nossa mão, que é outro gênero de dependência, que sempre os há de obrigar a nos guardarem o prometido.

Oitava, porque os holandeses desejam muito ter Pernambuco, em cujos interesses tem a companhia livradas todas as esperanças da sua restauração, e é certo que não podem lograr coisa alguma de Pernambuco, senão estando em paz conosco porque basta um só negro mandado da Bahia, para lhes pôr fogo a tudo.

Nona, porque atualmente estão os holandeses pretendendo o contrato do sal deste reino, oferecendo-se a darem-nos de antemão, à conta dos direitos, todos os gêneros necessários para a guerra pelos mesmos preços que os davam aos estados, e prometem trazer neste contrato quatrocentos, e quinhentos navios, em que ficam empenhadas em Portugal mais de quarenta mil famílias de Holanda da gente do mar, mercantil e oficiais do mesmo gênero, as quais pessoas todas (que podem muito, de onde o governo é popular) são outros tantos reféns da nossa paz.

Décima, porque importa à conservação das províncias de Holanda, que o poder de Castela não torne à sua antiga pujança, e para que haja quem sempre lhe esteja diminuindo as forças com guerra intestina, assentaram os estados, que convinha se conservasse Portugal, e por isso se deliberaram a que se nos não fizesse guerra nas conquistas, contanto que lhes restituíssemos o que eles têm por seu, e que no demais se salvasse a reputação.

Por todas estas razões, parece que é muito provável, e moralmente quase certo, que os holandeses nos guardarão a paz; mais ainda em dúvida, sempre se deve antes escolher paz do que guerra, principalmente quando na guerra é tão certa a ruína, como nos tem mostrado a experiência.

E se os executores da trégua mal guardada nos fazem temer os mesmos sucessos na paz; também nos tem mostrado a mesma experiência, que melhor nos era uma paz,

ainda mal guardada, que uma guerra descoberta, porque debaixo desta boa ou má trégua vinham os nossos navios da China, vinham as nossas naus da Índia, vinham as nossas frotas do Rio de Janeiro e da Bahia.

Enfim, lográvamos o que tínhamos nas nossas conquistas, sem mandarmos socorros extraordinários, sem sermos forçados a tirar do reino a nossa armada, e sem sentirmos as outras perdas no mar em terra, que a guerra que tomamos por nossas mãos nos trouxe consigo. Finalmente, este argumento é evidente. Se não fazemos a paz, temos a guerra certa; e menos mal é a guerra duvidosa, que a guerra certa.

Esta é, senhor, a minha opinião; e bem considerada a de todos, vem também a ser esta, porque todos dizem que façamos a paz se os holandeses nos quiserem vender Pernambuco. Pergunto: E se os holandeses guardam tão pouca fé, quem nos segurou que depois de vendido Pernambuco nos não tomarão o dinheiro e mais a terra? Quem nos segurou que para se melhorarem ambas as companhias, a Ocidental se ficará com o dinheiro, e a Oriental nos tomará a Índia? Enfim, não há coisa totalmente segura nestas matérias, e quem quer tanta segurança, é querer mudar a natureza às coisas humanas, e não querer paz.

Contra o que fica dito resta um só argumento a que quero responder: dizem que restituindo-se a campanha de Pernambuco aos holandeses, em caso que nos quebrem a paz, ficam com mais vantagem para nos fazerem a guerra nas outras partes.

Respondo, que quando assim fosse, esse mesmo inconveniente há em todas as praças que se entregam, quando se fazem pazes, e nem por isso deixam os príncipes de as entregar, atendendo a outras considerações que mais importam; mas contudo no nosso caso não é assim, porque restituindo-se a campanha de Pernambuco aos holandeses, as praças da Bahia e Rio de Janeiro ficam mais aptas para se

defenderem, porque terão em si toda a gente que se houver de retirar de Pernambuco, que são tão grandes soldados e tão costumados a pelejar com aquele mesmo inimigo.

A melhora que se pode considerar nos holandeses consiste em duas coisas: em terem portos para os seus navios, e em terem campanhas para se fornecerem.

Os portos, não lhos damos nós, eles os têm, a campanha ainda que em grande parte lha damos, no mesmo tempo em que nos rompe a guerra tornará logo a ser nossa, ou quando menos não será sua, porque basta metermos nela duzentos campanistas volantes⁶ para não lograrem nada do que estiver lavrado, e perder todo o cabedal que tiverem metido.

Quanto mais que os holandeses quase tanto lhes importa fazerem as primeiras facções indo de Holanda, como do Brasil; porque como as terras são tão largas e tão abertas, em chegando, logo têm portos; e tudo o demais com que se faz a guerra, têm eles por mais barato o levarem-no de Holanda, que do Brasil, como se viu por experiência no sítio que o conde de Nassau foi pôr à Bahia⁷ (havendo já muitos tempos que estavam os holandeses senhores da campanha de Pernambuco) pois vimos que todos os materiais do sítio eram de Holanda, e não do Brasil; porque as planchas das plataformas, as vigas, as estacadas, os alojamentos, tudo era de madeira de pinho: o tijolo e a cal de que fizeram grandes fornos; o pão que neles se cozia, as carnes, o pescado, os legumes, a lança de barro, tudo era de Holanda, sem haver em todo aquele sítio coisa alguma do Brasil, mais que a terra e farinha da mesma campanha.

.....

6. Por *campanistas volantes* entendiam-se soldados sem bagagem nem artilharia: Vieira refere-se, portanto, a tropas ligeiras de assalto.

7. O conde João Maurício de Nassau-Singen, governador de Pernambuco de 1637 a 1644, promoveu, em 1638, um cerco de um mês a Salvador, que, entretanto, resistiu, obrigando-o a retirar-se. Vieira, à época, ainda vivia naquela cidade.

Isto mesmo se vê nos mantimentos com que os holandeses sustentam os soldados nas suas fortalezas do Brasil, e nos materiais com que lá fabricam as suas obras, que todas são levadas de Holanda nos seus navios, sem os comprarem ou granjearem no Brasil.

Assim que, em restituirmos a campanha de Pernambuco aos holandeses não lhes damos novas utilidades, que sejam de consideração para a outra guerra; antes no mesmo ponto que a romperem, lhes será necessário tornarem a conquistar a mesma campanha, se a quiserem.

Segundo ponto

O segundo ponto propõe dois meios, um para impossibilitar a restituição, outro para se fazer a paz sem ela:

O primeiro para impossibilitar a restituição, é tomar por pretexto não quererem os moradores de Pernambuco consentir nela; e se vossa majestade os quiser obrigar a isso, ou desamparasse totalmente, põe a risco de chamarem em sua defesa as armas de el-rei de Castela, ou do inglês, ou de outro príncipe.

Responde-se, que este meio se não pode propor aos holandeses, sem se seguir manifesto rompimento; porque a restituição de Pernambuco, é condição, *sine qua non*, deste negócio: tanto assim que enquanto a restituição se não ofereceu, a nenhum memorial do nosso embaixador responderam os estados, e houve votos entre eles, que não se aceitasse.

Quanto a poderem os de Pernambuco implorar a proteção de outro príncipe, é ameaça que não há de dar cuidado aos holandeses, porque sabem que nenhum príncipe da Europa é tão valente (como nós) que queira romper com eles nas conquistas.

Aos ingleses tomaram os holandeses Jacatra, que é a cabeça do que têm na Índia; e sendo que dependem tanto

dos seus portos do canal, entenderam os ingleses que lhes estava melhor dissimular este agravo.

El-rei de Castela que fez as pazes com Holanda, que sabemos, cedendo-lhe sete províncias, e outros lugares que valem tanto, como havia de romper a guerra por socorrer os levantados de Pernambuco, principalmente quando na mesma capitulação lhes cede também aquelas terras? Assim que, não é o inglês, nem o castelhano, nem nenhum outro príncipe o que haja de tomar estas pendências.

O segundo meio para fazer a paz sem restituição de Pernambuco, é comprá-lo a dinheiro, dando por ele aos holandeses três ou quatro milhões pagos em seis anos. Responde-se, que este meio não tem lugar, porque muitas vezes se tem proposto aos holandeses, e nunca o quiseram admitir, nem ouvir falar nele.

As razões que se apontam de sua conveniência são muito bem discursadas; mas eles querem antes crer o nosso exemplo, que o nosso discurso; e para quererem as terras, e não o dinheiro, têm as mesmas razões que nós temos, e ainda outras; porque além de as quererem pela utilidade e pela grandeza, querem-nas também neste caso, pela reputação.

E quanto aos milhões que se lhes hão de pagar em seis anos, cuidam alguns deles que pode suceder tal acidente a Portugal logo no primeiro, que não terão quem lhes pague depois.

Terceiro ponto

Neste ponto se disputa em caso que os holandeses não queiram desistir da restituição, se devemos antes restituir, ou romper guerra? Resolve-se, que convém mais guerra, pelas cinco razões que se seguem:

Primeira, porque a companhia está acabada, e não nos pode fazer dano. Responde-se, que há vinte anos que se

diz isto mesmo, e que assim acabada nos tem feito a guerra que sabemos. Mas ainda que a companhia Ocidental esteja acabada, não está acabada, antes florentíssima, a companhia Oriental que nos pode tomar a Índia com facilidade; nem estão acabados os estados, antes mais poderosos que nunca, e com todas as suas rendas livres com que faziam guerra a Espanha.

Segunda, porque os estados não hão de tomar a guerra à sua custa. Isto se prova, porque os estados não tratam de reputação, senão da utilidade, e na guerra do Brasil não podem ter utilidade alguma.

Responde-se, que os holandeses discursam com o seu entendimento, e não com o nosso; e poderá ser que entendam esta matéria de muito diferente maneira, e que cuidem que se podem fazer senhores do Brasil, e tirar dele grandes utilidades. E se a nós nos parece que só pelas do meio de Pernambuco, devemos arriscar tudo; porque se não empenharão eles alguma coisa pelas de todo Brasil, e de todas as conquistas?

Mas quando não houvera mais razões que a da reputação, esta bastava; porque a trazem os estados hoje diante dos olhos, que só por mostrarem a França que a não temiam, capitularam sem ela.

Terceira, porque quando os estados e companhia ajuntam o seu poder, podem fazer duas armadas; uma de dez mil infantes contra o Brasil, e outra contra a costa de Portugal, das quais, nem cá nem lá podemos receber dano considerável.

Responde-se, que a terceira parte da primeira armada, basta para tomar o Rio de Janeiro, e toda ela sobeja para tomar a Bahia; não por sítio, que não é necessário, mas impedindo as farinhas no Morro, os gados no Tapoão, e os demais socorros, com os navios dentro da barra da Bahia, com que eles terão mantimentos para se sustentar, e nós pereceremos à fome.

Ao da outra armada não se responde; porque não é necessário tanto empenho para nos fazerem grandes da-

nos. Só digo, que entre o nosso poder, e o dos holandeses, há esta diferença, que nós poderemos fazer uma armada, mas eles podem perder muitas.

Quarta, porque se restituirmos Pernambuco, não nos hão de guardar a paz os holandeses, antes nos hão de romper logo a guerra. O contrário disto deixo já provado com muitos fundamentos, agora responderei somente aos que aqui se deduzem, que são três:

Primeiro, porque se basta um negro da Bahia para queimar a campanha de Pernambuco; vendo os holandeses o risco que têm com a nossa vizinhança, procurarão não nos terem por vizinhos, senão fazerem-se senhores de tudo.

Responde-se, que é mais fácil terem-nos por amigo, que lançar-nos de vizinhos: e se com a primeira diligência seguram os holandeses os seus canaviais, não têm necessidade de fazerem os gastos e empenho que demanda a segunda: principalmente que se isto bem se considera, os riscos são recíprocos; e assim como o seu risco nos defende a nós deles, assim o nosso risco os defende a eles de nós, com que sempre se darão por seguros.

Segundo, porque restituindo-se Pernambuco à companhia, ficará ela tão rica e poderosa, que terão cabedal para nos fazerem guerra em todo o mundo, ou ao menos em todo o Brasil.

Responde-se, que a experiência tem mostrado o contrário; porque nos mesmos anos em que a companhia logrou pacificamente toda a campanha de Pernambuco, sempre as suas ações em Amsterdã foram baixando a muitos por cento, por ser ainda então maior a despesa, que a receita.

Daqui por diante há muito mais razão para suceder o mesmo, pela falta dos engenhos que se queimaram, e dos lavradores que se haverão retirado, com que é certo, que tratará a companhia de restaurar sua fazenda, e de se ir desempenhando o melhor que puder, e não de se empenhar com novas guerras.

Terceiro, porque com a mesma restituição de Pernambuco aos holandeses, ficarão as nossas praças do Brasil pobres, e incapazes de sustentar presídios⁸, e expostas a serem conquistadas.

Responde-se, que assim como Pernambuco por ficar despovoado, não pôde render aos holandeses, senão muito menos que nos tempos passados; pela mesma razão as nossas praças, crescendo-lhes mais lavradores, também hão de crescer em riquezas e poder.

Mas em qualquer estado que se considerem, nunca lhes pode faltar com que sustentar os presídios; porque estes não se sustentam do maior ou menor rendimento do açúcar, senão das imposições dos vinhos do estanque de sal, dos sobejos dos dízimos, e antigamente dos direitos dos negros de Angola que também agora crescem.

E finalmente, há vinte e quatro anos que a guerra começou no Brasil, e havendo grande diferença nos tempos, nas novidades, e nos preços do açúcar, sempre a Bahia sustentou os seus presídios, e se fortificou, e aviou armadas, e mandou socorros. E para que se veja que não depende isto só do açúcar; no ano em que a Bahia esteve tomada, e em outros dois em que não moveram os engenhos, sempre sustentou a infantaria do mesmo modo.

Quinta e última razão, porque ainda que os holandeses nos guardem a paz, os castelhanos nos irão tomar as conquistas pela faculdade dos soldados poderem ir a seus portos do Brasil.

Responde-se, que se os castelhanos hão de ir tomar as conquistas, estando em paz com os holandeses, muito mais facilmente no-las tomarão, se os holandeses nos fizerem guerra: e para os castelhanos terem entrada livre nos portos de Pernambuco, não faz ao caso a restituição; porque

8. *Presídios*: guarnições; praças de guerra.

todos os portos de importância que há naquelas capitâneas, nós não os restituímos aos holandeses, eles os têm. Mas guarde Deus as nossas conquistas dos holandeses, que dos castelhanos, tirando Angola, eu as seguro.

Estas cinco razões, senhor, são as por que se resolve ser mais conveniente a guerra que a paz; as quais se se ponderarem com juízo livre, pode ser que se ache que pesam muito mais, às que neste mesmo papel se alegam pela parte contrária; e ainda que elas só bastam a prová-lo, eu acrescentarei aqui brevemente as que se me oferecem e mostrarei que em qualquer caso nos convém mais a paz; porque não podemos fazer a guerra.

Seja a primeira razão o juízo que nesta matéria fazem os estrangeiros, que, sem ódio nem amor, consideram o estado das nossas coisas. No princípio da aclamação de vossa majestade, todos duvidaram da nossa conservação, porque nos viam em guerra com um inimigo tão poderoso; mas depois, ao levantamento de Pernambuco, nenhum houve que duvidasse da nossa perdição, tendo por certo que era impossível conservarmo-nos contra dois poderes juntos, tão superiores ambos ao nosso.

Esta é a causa, e não sei outra, por que nenhum príncipe da Europa quer admitir a nossa confederação, entendendo que é empresa arriscada e inútil, abraçar-se com quem se vai a perder; e só por serenar em alguma parte esta tão pernicioso opinião, se deverá fazer a paz, quando não houveram outras causas.

Isto mesmo nos ensinam os exemplos das outras monarquias maiores que as nossas, e do governo qualificado na experiência de mais anos. França sofre agravos a Holanda; porque se não atreve com Holanda e Castela: Castela faz pazes menos honestas com Holanda; porque se não atreve com Holanda e França: e nós (que parece nos não medimos) queremos fazer a guerra a Castela e Holanda juntamente?

O maior reino que tem hoje a Europa, mais rico e mais poderoso, mais unido e menos exposto a seus inimigos, é o de França: o menos rico, o menos poderoso, o mais dividido e mais exposto, é o nosso: e é coisa muito para maravilhar, que se não atreva França com Castela e Holanda, e que nos atrevamos nós.

Consideram com verdadeiro juízo os políticos, que dizem Deus a Holanda de Castela, porque Castela e Holanda juntas, dominarão sem dúvida todo o mundo, e contra este poder, a que todas as forças do mundo são inferiores, presumimos nós, que as nossas podem ser iguais e superiores.

Mas para que são discursos nem exemplos, onde temos as experiências passadas e presentes? Se Portugal e Castela juntos não puderam resistir a Holanda; como há de resistir Portugal só, a Holanda e Castela? Se todas as forças de Portugal (ajudadas muitas vezes das de Castela) não puderam defender Pernambuco; como só, com não restituirmos parte de Pernambuco, cuidamos que podemos defender Pernambuco, o Brasil, e todas as conquistas?

Há de se advertir aqui o diferente estado em que hoje estão as coisas de Portugal e as da Holanda; que são circunstâncias que notavelmente acrescentam a nossa impossibilidade.

Holanda antigamente tinha o braço direito, aonde estavam as guerras de Flandres; hoje está com todo o seu poder livre e desembaraçado: Portugal pelo contrário tinha antigamente todas as forças livres; hoje estão ocupadas (e queira Deus que bastem) com as de Castela: então pelejávamos só com o poder das companhias, e agora com o dos estados, como eles mesmos no-los declararam por escrito na sua resposta.

Descendo mais ao particular, os dois nervos da guerra, são gente e dinheiro: e que gente e que dinheiro é hoje o que temos? A gente é tão pouca, que para qualquer rebate de Alentejo, é necessário tirar os estudantes das universidades, e os oficiais das tendas, e os lavradores do arado. Pois com

que gente havemos de acudir às quatro partes do mundo, e em cada parte destas a tantas partes?

O dinheiro ainda é menos. A décima⁹ bem se sabe o que rende; e se tivermos guerra apertada no reino, também se sabe o que há de render. E se estes efeitos, com todos os demais, ordinários e extraordinários, não bastam nunca para fazermos um moderado exército; onde temos o dinheiro que é necessário para sustentar uma guerra, que são tantas guerras?

Sirva-se vossa majestade, senhor, de mandar fazer orçamento no que tem custado a armada e socorro do Brasil, ao que valem sessenta navios que nos tomaram este ano os holandeses, e os mercadores deles, e aos danos particulares que nos fizeram na Bahia, e ao geral de uma safra de açúcar que se não lavrou, e aos direitos que por esta causa cessaram nas alfândegas de vossa majestade, e achar-se-á que arriba esta perda a mais de cinco milhões, não falando em tantas casas de gente mercantil e de mar perdidas.

Pois se um só ano de guerra no Brasil, e não declarada, nos causou tanto, que substância tem o reino e as conquistas para aturar tantos anos as despesas e os danos de um rompimento geral em todas as partes do mar e da terra, que com todas tem a vizinhança, e encontros com os holandeses?

A mesma armada que o ano passado mandamos ao Brasil, é o maior desengano do que podemos. Para que tivesse gente de mar, foi necessário esperar-se pela frota do Rio de Janeiro; para que tivesse gente de guerra, foi necessário tirá-la das fronteiras; para que tivesse artilharia, foi necessário tirá-la das torres; para que tivesse treze navios, que Portugal ficasse sem nenhum. Finalmente, em oito anos que Deus nos tem dado, não se fortificaram as fronteiras, como sempre se procurou.

.....

9. Termo relativo a cotas de contribuição direta, originariamente igual à décima parte do rendimento tributável.

Lisboa está sem o provimento e prevenção que todos julgam por conveniente à precisa defesa; e se perguntarmos, por quê? Responde-se, que porque não podemos mais.

Pois, senhor, se não podemos assistir a Alentejo, se não podemos assistir à Lisboa, corte de vossa majestade, com o que é necessário; para que há de haver quem imagine, que podemos prevenir e defender tantas conquistas, que a mais vizinha está distante mil léguas, e a mais apartada, cinco mil?

Mas porque não pode haver modo melhor de conhecer a desigualdade das forças, que medindo-as; meçamos as dos holandeses com as nossas, e será mais seguro aqui, que na campanha.

Os holandeses em Holanda têm quatorze mil navios; nós em Portugal não temos cento e cinquenta. Os holandeses na Índia têm mais de cem naus de guerra, de vinte e quatro até cinquenta peças; nós na Índia não temos uma só. Os holandeses no Brasil têm mais de sessenta navios, e muitos deles mui poderosos; nós no Brasil temos sete, se ainda os temos. Os holandeses estão hoje livres dos poderes de Espanha; nós temos todo o poder de Espanha contra nós.

Os holandeses na Europa não têm nenhum inimigo; nós não temos nenhum amigo. Os holandeses nas suas províncias têm juntas as riquezas do mundo; nós no comum e no particular estamos tão pobres como se vê, a cada vez o estaremos mais. Os holandeses têm mais de duzentos mil marinheiros; nós em todo o Portugal quatro mil.

Os holandeses para nos fazerem a guerra, têm todas as nações do Norte; nós com a diversão de Castela, nem a nós temos para lhes resistir. Os holandeses têm de onde tirar todos os gêneros de guerra e equipagem, na maior quantidade que há no mundo; nós não temos de tudo isto, senão o que lhes compramos a eles, ou a outros que lhes passam pela porta.

Os holandeses em Pernambuco e no Arrecife têm armazéns com que podem sustentar a guerra mais de vinte

anos, sem lhes ir nada da Holanda; nós para a navegação não temos nas conquistas provimento algum, e para a guerra é necessário que o façamos cada ano, e, para melhor dizer, cada mês. Os holandeses têm grande número de artilheiros e engenheiros, e, o que mais é, de grandes cabos e oficiais para a guerra do mar e da terra, criados com a doutrina daquela escola, e feitos no exercício de tantos anos; nós ainda que para a guerra da campanha do Brasil temos bons soldados, para a expugnação de praças, e defesa dos sítios não temos cabos, nem oficiais de experiência, e para a guerra do mar, a gente que temos é com todo aquele valor e ciência que se pode aprender nas nossas caravelas.

Finalmente, os holandeses têm a sua indústria, o seu cuidado, a sua cobiça, o seu amor entre si, e ao bem comum; nós temos a nossa desunião, a nossa inveja, a nossa presunção, o nosso descuido, e a nossa perpétua atenção ao particular.

Esta, senhor, é a verdade conhecida com alguma experiência, e chorada, não com poucas lágrimas de quem deseja a vossa majestade a mais poderosa e gloriosa monarquia do mundo.

E sendo esta a diferença do nosso poder ao de Holanda, não só a boa razão, mas a mesma fé ensina que se devem abraçar e eleger em todo o caso, por muito melhores os meios da paz.

E ainda que o amor natural (que dificulosamente demitem os homens de si, o que alguma hora tiveram por próprio) tem levado após si a contrária opinião, e geral do reino; as pessoas, contudo, que mais experiência têm das conquistas, e da guerra com os holandeses, quase todos reputam a conveniência da paz, não só por mais provável e segura, mas por evidentemente necessária e forçada, sob pena de se perderem sem remédio as conquistas, e após elas o que resta.

Prevaleçam, senhor, os votos pelo peso, e não pelo número. Quanto mais que a maior parte dos mesmos que hoje se inclinam à opinião de guerra, não há muitos dias que eram de bem diferente parecer, e os que persistem na paz, nem são poucos, nem os menos experimentados.

Mas quando todos houveram mudado de opinião, devia vossa majestade conformar-se antes com o primeiro parecer que tiveram, do que com este segundo que hoje têm: porque o primeiro fundava-se só na experiência, e na razão, e o segundo variou-se por um sucesso quase milagroso¹⁰, em que nunca se deve fiar. Os milagres é sempre mais seguro merecê-los, que esperá-los; e fiar-se neles ainda depois de os merecer, é tentar a Deus.

Também, senhor, me há vossa majestade de dar licença para que alegue a vossa majestade mesmo, e ao conselho de estado de vossa majestade, com o mesmo conselho de estado.

Nas últimas cartas de vossa majestade, que se receberam em Holanda, antes da capitulação destes artigos, dizia vossa majestade ao embaixador Francisco de Sousa Coutinho, que pelo muito que importava a este reino a paz com aqueles estados, vinha vossa majestade, em que se lhes promettesse a restituição das quatro capitâneas de Pernambuco, não condicional, mas absolutamente, e quinhentos mil cruzados que se pagariam logo, e a fortaleza do porto por caução, na qual vossa majestade sustentaria os presídios à sua custa por alguns anos.

Tudo isto, ou se considere o preço, ou o crédito, é muito mais do que se promete hoje aos holandeses; porque quinhentos mil cruzados pagos logo, importam mais de seiscentos mil cruzados pagos em vinte anos, e a terça

.....

10. Vieira alude à primeira batalha de Guararapes, em 19 de abril de 1648, vencida pelos portugueses do Brasil.

parte de um deserto em Segeripe (onde não há fortificação alguma, nem pode haver, conforme o capitulado) não tem comparação com uma fortaleza dentro do reino, presidiada à custa de vossa majestade, com cujo soldo de um só ano se pode remir e compor aquele pedaço de terra.

Acrescentava vossa majestade, que quando nesta forma os estados não quisessem vir na paz, e propusessem outra coisa que parecesse aceitável, o embaixador não abrisse mão do negócio, mas avisasse logo a vossa majestade; e foram estas cartas escritas em tempo que França não só nos não despedia da liga, antes no-la estava oferecendo, e em tempo que a guerra podia durar muitos anos, nem se tratava da paz com Castela, que hoje está ou pode estar feita, conforme os avisos do marquês de Niza.

Pois, senhor, se quando o perigo se considerava mais longe, e havia esperança de outros remédios, se resolveu no conselho de vossa majestade, que a paz de Holanda se comprasse a tanto custo da fazenda e reputação; hoje que o perigo está tão perto, e estamos desenganados de todo o outro remédio, e a mesma paz se nos oferece por menos preço; que nova razão há ou pode haver tão forçosa que obrigue a não aceitarmos, contra o sentir universal de todas as nações do mundo, contra o exemplo de todos os príncipes mais poderosos, e contra tantas experiências passadas e presentes da nossa impossibilidade, e de nossos reinos? Finalmente, senhor, até por nossos inimigos nos avisa Deus neste caso.

Os castelhanos, a quem a experiência e a dor ensinam a excogitar meios de nossa perdição, aconselharam ao seu rei, que mandasse fazer diligências com os holandeses, e lhes desse o direito que tinha nas nossas conquistas, para que nos rompessem a guerra nelas, com que o reino brevemente ficaria incapaz de se defender.

Este arbítrio se deu a el-rei de Castela, em um papel que se imprimiu nesta corte, a que vossa majestade man-

dou fazer diversas respostas; e de quatro meios que ali se apontavam, este era o mais eficaz, e que causou no ânimo de todos maior receio.

Em Holanda, um dos grandes impedimentos que teve e tem a paz de Portugal com aqueles estados, são as diligências secretas que os ministros de Espanha fazem com todos de seu partido, para que o tratado se não conclua, entendendo que a paz com os holandeses, é o único remédio que temos para a nossa conservação, e que a guerra é o mais breve e certo caminho de nossa ruína.

E bem considerada uma e outra coisa, é caso verdadeiramente digno de grande admiração, e que parece fatalidade, que desejando os castelhanos que os holandeses nos fizessem guerra, e, que tratando eles de impedir a paz, e não podendo, sejamos nós os que a estorvemos e impeçamos.

É certo, senhor, que os castelhanos pretendem nossa ruína, é também certo que nós devemos pretender, e pretendemos nossa conservação: pois como é possível que tão encontrados fins se consigam pelo mesmos meios? Deus, a quem só são manifestos os futuros, alumie neste caso tão raro, e dê a conhecer a vossa majestade, se são os castelhanos os que estão em nosso dano, ou nós os que não acertamos com o nosso remédio.

Quarto ponto

Neste ponto se representam dois meios com que vossa majestade possa sustentar a guerra.

O primeiro, é levantar vossa majestade companhias mercantis contra as da Holanda, pela comodidade de nossos portos e conquistas.

Responde-se, que não há dúvida que este é o único meio que o reino tem para crescer em poder e riquezas; mas o remédio é dilatado, e o perigo presente: as companhias dos holandeses estão feitas, e as nossas por fazer.

Depois de haver cabedal para se fazerem as companhias, é necessário que tenham tempo para nascer, para crescer, para engrossar e tomar forças, com que nos possam ajudar e defender contra as que o tempo e indústria, e a felicidade têm feito tão robustas.

Mas ainda que as nossas companhias estiveram formadas e poderosas, nem por isso eram suficiente meio, suposta a guerra de Castela, para a rompermos também com os holandeses; porque a sua opulência e poder, ainda que tenha uma parte de seu fundamento nas companhias, não consiste principalmente nelas, senão no comércio universal de toda a Europa, atravessando com as fazendas de um reino para outro, e trazendo as de todos ao comum empório da Holanda.

Nisto se ocupa aquela imensa quantidade de navios, de que Portugal nunca é capaz, por falta de gente, de portos, de cabedal, de indústria, de materiais, de vizinhança das nações e de outras muitas coisas, que só em Holanda concorrem juntas.

O segundo meio é extinguir as caravelas, navegar os açúcares em navios de força, introduzirem-se combóis nas cidades marítimas, sustentar vossa majestade e oito navios de escolta, formar duas esquadras poderosas, que tragam os açúcares, as quais esquadras indo uma, e ficando outra alternadamente, ficam também segurando os portos do Brasil e as costas de Portugal.

Com isto, com os presídios, e contribuição dos povos, e socorros ordinários que se costumam mandar às conquistas, ficarão defendidas, e com este mesmo meio, e o entender da nova companhia (em que se diz há de haver trinta e seis navios de guerra de até vinte e quatro peças, que reparadas em duas esquadras sirvam de comboiar e segurar os açúcares), tudo fica remediado com grandes conveniências.

Responde-se, que extinguir caravelas, e introduzir navios de força, e tudo o mais que aqui se aponta, é muito

acertado e conveniente para todo o tempo e sucesso, mas não é este meio suficiente remédio para o que se pretende, nem no mar, nem na terra.

Para esquadras, ainda que se ponham no mar, como no papel (que não é tão fácil) não bastam para assegurar os açúcares do Brasil, estando os holandeses como estão, em Pernambuco, porque os açúcares não saem de um só porto, senão de muitos, e estes distantes cento, duzentas, e trezentas léguas, como que pode o inimigo tomar nossos navios divididos, de maneira que não possam resistir.

Mas dado que os navios viessem juntos, e o inimigo não haja de pelejar senão com toda a frota incorporada, a experiência tem mostrado que ainda assim se pode mal defender, como se viu na armada de D. Antonio Oquendo, que saindo da Bahia com cinqüenta e oito navios, os vinte de guerra, dezoito com duas andainas de artilharia, e os outros muito fortes, sendo investida por dezesseis naus holandesas, de que era general Adrião Batu, o sucesso foi, que meteram a pique a nossa almirante, que era a nau *Vallestilhas*, e a nau de *Cosmedo Couto*, e tomaram o galeão *S. Boaventura*; e os demais navios da armada, não se atreveram a acompanhar o socorro que levavam a Pernambuco, e os de açúcar, uns foram tomados, e outros derrotados, sem lhes valerem os de guerra com serem tantos.

O mesmo sucedeu a D. Copo de Osses, a quem fizeram retirar à Bahia desairosamente, e ao sucesso de Francisco de Vasconcelos, que obrigaram a dar à costa na Paraíba.

Mas o maior exemplo de todos, é a armada do conde da Torre, que constava de oitenta navios de guerra e mercantis, e acometendo-os os holandeses em desigual número, depois de quatro dias contínuos de batalha (posto que da nossa parte se pelejou com tão maravilhoso valor e disposição, como é notório), favorecido contudo o inimigo da corrente das águas, a armada foi derrotada, primeiro aos baixos de *S. Roque*, e depois à Índia; com que tudo se desbaratou e perdeu.

E no caso que esta ou outra semelhante desgraça suceda à armada de que se trata, é necessário saber de onde se há de fazer outra armada, e se há cabedal para isso; e se no tal caso se hão de deixar as conquistas e os açúcares à mercê da fortuna.

As frotas da prata (cuja segurança se alega) com constarem de tantos galeões, e tão fortes, uma foi tomada inteiramente, e a outra tomaram muitos navios, e se depois deixaram os holandeses de armar contra elas, não faz consequência para se cuidar que sucederá o mesmo às nossas.

A companhia Ocidental, de quem foram estas empresas, deixou de as continuar depois que se divertiu com Pernambuco; e no nosso caso corre tão diferente conveniência, que os mesmos navios com que se há de socorrer e assistir Pernambuco, são os que hão de ir pelejar com as nossas frotas, como fizeram sempre com as nossas armadas, sendo tanto mais poderosas.

E além de ser a carga da prata muito mais acomodada para a defesa, que a dos açúcares, têm as frotas da Índia a incerteza de encontrarem com elas, o que não será nas do Brasil, principalmente havendo de vir buscar os navios do cabo de *S. Agostinho*, que dista só seis léguas do Arrecife, aonde é força chocar ou não sair, e uma e outra coisa de igual dano.

Também é impossível querer com duas esquadras combóiar os açúcares, defender as costas de Portugal, e os portos do Brasil, sendo tão diferentes, e necessitando de monções para passar de uns a outros, e havendo de desamparar a frota, se houverem de fazer qualquer socorro.

Porém concedendo liberalmente a estas esquadras de navios de guerra todos os fins que delas se esperam, ainda o remédio fica sendo muito insuficiente, e muito desigual à necessidade.

Porque primeiramente com estas escoltas, só se acode aos navios que vêm do Brasil, mas de nenhum modo se

acode nem pode acudir aos que vão, os quais saem de Lisboa, outros do Porto, outros de Viana, outros do Algarve, e mais portos do reino, e uns vão em direitura, outros pelas ilhas, e outros saem das mesmas ilhas, com que é força que vão desacompanhados, e caiam nas mãos do inimigo.

E aqui se há de advertir, que este perigo é muito maior nos navios que vão para o Brasil, do que nos que vêm de lá; porque os que vêm podem vigiar as barras, e saber para que parte fica o inimigo; mas os que vão, não podem ter esta notícia, nem prevenção; com que são muito poucos os que escapam; como se viu na experiência deste ano, que de sessenta navios que nos tomaram, os cinquenta foram dos que iam de cá.

Mais se não acode às embarcações que navegam perto da costa do Brasil, nem aos navios que vêm de Angola àqueles portos carregados de negros, sem os quais o Brasil se não pode sustentar, e sem dúvida, ou todos ou quase todos cairão nas mãos dos piratas; porque a experiência tem mostrado, que os navios de Angola por razão da carga que trazem, não são capazes de fugir nem de se defender.

Mais se não acode à costa de Angola e barra de Luanda, de onde costumavam sair e entrar cada ano mais de cinquenta navios mui importantes; sendo certo que os holandeses hão de fazer extraordinárias diligências para estas presas, pelo grande interesse que podem tirar delas, indas vender às Índias, e é toda aquela costa mui acomodada para a pilhagem, assim pela quietação dos mares, como pela vizinhança das fortalezas dos holandeses.

Às naus das Índias (da qual parece se não faz já caso) também se não acode por este meio, nem pode acudir por nenhum outro, porque basta que os holandeses se ponham na barra de Goa, para que nenhuma entre nem saia, como tanto à nossa custa experimentamos os anos passados.

E se isto faziam os holandeses, quando nós tínhamos oito e dez galeões, com que por vezes saímos a pelejar com

eles, sem nunca os podermos arrancar da barra, muito mais facilmente o farão hoje, que não temos um só galeão.

Da mesma maneira se não acode aos navios de Moçambique, nem aos de Mascate, nem aos da China (de onde sem paz com os holandeses, não pode vir nem uma carta), e assim estes como os mais navios, e comércios do Norte e do Sul, ficam todos sujeitos à pirataria, sem se lhes poder dar remédio.

Finalmente, as costas de Portugal e das ilhas serão mais infestadas, do que em nenhum tempo o foram; porque feitas as pazes de Holanda com Castela, só nós ficamos em todo o mundo contra quem se possam armar os corsários de Holanda e Zelanda, que há tantos anos vivem deste ofício; e é certo, que não só hão de tomar os navios portugueses, mas as fazendas de todos os que entrarem e saírem dos nossos portos, de qualquer nação que sejam, como já imos experimentando nos de Itália e Hamburgo.

Nem bastará para evitar este dano a armada da costa, quando a tenhamos; porque nem navega em todos os meses do ano, nem pode estar em todas as partes da costa. Isto quanto ao mar.

Quanto à terra, não falo na de Portugal, que com o castelhano pela campanha, e o castelhano e holandês por mar, bem se vê a que aperto poderá ser reduzida, não tendo que temer todas as ilhas, mas passando às conquistas, que estão mui longe dos olhos, representarei aqui o estado em que se acham de presente todas as nossas, assim na América, como na África, como na Ásia, para que com particular notícia das forças de cada uma se julgue melhor a insuficiência, não só dos meios que se apontam, mas de todos os que se podem dar para as defender por guerra.

América

Na América temos o estado do Brasil que começa no rio das Amazonas debaixo da linha, e acaba no rio da Prata, em trinta e um graus para a parte do Sul, com mais de mil léguas de costa.

Navega-se com monções, que nos seis meses de inverno (que começa em abril) são de ventos suís, e nos seis meses de verão (que começa em outubro) são de nordestes.

A cabeça e principal cidade do Brasil, é a Bahia de Todos os Santos. Terá na cidade e recôncavo mil e quinhentos moradores, e de presídio ao mais dois mil e quinhentos soldados. Não é forte por natureza, porque os muitos montes que a cercam, são padraços a todas as suas fortificações; mas por arte está bem fortificada, assim no recinto da cidade, como em outras obras exteriores, e grandes diques de água, que quase a rodeiam pela parte da terra. Pela marinha em espaço de três léguas tem doze fortes, não grandes, mas guarnecidos de boa artilharia.

Pelo que a Bahia não poderá ser facilmente tomada por sítio, pela dificuldade de conduzir por mar a gente que é necessária para essa empresa: contudo sem levar extraordinário poder o inimigo, pode fazer grande dano a esta cidade por um de dois modos inevitáveis.

O primeiro modo é, infestando o recôncavo, e impedindo que se não faça açúcar, porque como a barra da Bahia é de três léguas de largo, e dentro tem muitas ilhas e rios, e grandes costas de terra firme, que é impossível estarem fortificadas nem defendidas, pode o inimigo desembarcar em muitas partes, e destruir as fazendas, roubando as casas, e cativando a gente, e para evitar estes danos é força que todos desfabriquem e se retirem aos matos, como fazem em aparecendo o inimigo, com que fica perdida a lavoura do açúcar.

O segundo modo é, impedindo que entrem mantimentos na cidade, porque como a maior parte das farinhas vêm do Cairás, do Camamu e de Boipeba, que estão dezesseis e vinte léguas fora da barra, e os gados se trazem de outros lugares ainda mais retirados; tomando o inimigo o morro de S. Paulo, e fazendo uma fortaleza em Tapoão, fica impedida quase toda a condução dos mantimentos, e aproveitando-se deles, com que porá a cidade em grande aperto.

E o maior de todos é, que de nenhuma destas opressões se pode livrar a Bahia, sem ir do reino uma poderosa armada, a qual não podemos mandar estando ocupados com a guerra de Castela; e este desengano e desesperação, obrigará aos da Bahia a que finalmente venham a render-se.

O Rio de Janeiro, que é a segunda praça do Brasil, tem duas fortalezas na barra que não podem impedir a entrada. Dentro não há fortificação considerável, e as praias são mui estendidas, onde pode saltar a gente mui livremente, e marchar para a cidade, que é toda livre.

Há nesta parte quinhentos para seiscentos soldados. Os moradores em todo o distrito serão dois mil e quinhentos, mas sem experiência de guerra, porque ainda ali a não houve. A comum opinião dos mui práticos, é que com três mil homens se pode tomar o Rio de Janeiro.

A campanha de Pernambuco já fica dito quão dificilmente se pode conservar, principalmente havendo de entrar os socorros sempre à barba do inimigo. Os soldados que lá temos não chegam a três mil.

As demais praças do Brasil, que são muitas, e algumas de grande consequência, só serão nossas enquanto as não quiserem os holandeses, como se verá dos itens seguintes pela ordem da mesma costa.

A fortaleza do rio das Amazonas tem setenta soldados: a cidade e fortaleza do Pará outros setenta, e ambas algumas aldeias de índios.

O Maranhão em que (segundo se diz) há tantos tesouros encobertos, e cujas drogas novas vão já cheirando aos estrangeiros, não tem mais que oitenta soldados: os moradores em todo o distrito serão quatrocentos.

No Ceará antes de lá irem os holandeses, havia uma fortaleza com vinte ou trinta portugueses, hoje está isto ainda mais desamparado.

A cidade de Segeripe tinha antigamente cinqüenta casas palhoças; hoje é como outro campo.

A torre de Garcia Dávila, tem este nome por ter uma casa mais alta; fizeram-se ali algumas trincheiras, por razão do porto, em que ordinariamente não assistem soldados.

O morro de S. Paulo tem uma plataforma ao nome da água, e uma fortaleza no monte, que se pode tomar facilmente; porque está à bateria com ela outra eminência que a domina, e é livre ao inimigo desembarcar em qualquer parte da ilha, que tem cinco léguas de comprido. Assiste aqui um capitão de infantaria com uma companhia, e às vezes duas.

A vila de Boipeba terá quarenta navios: a do Jaru duzentos; a do Camamu setenta; todos os quais vivem divididos nas suas fazendas. Estão estas três vilas à beira-mar (como as demais povoações do Brasil) e a do Camamu tem um porto quase tão capaz como o de Lisboa; mas nenhuma delas tem fortificação nem soldado algum.

Os ilhéus cinqüenta vizinhos¹², uma aldeia de índios, mau porto, um forte na barra com duas peças, sem pólvora, nem bala, nem artilheiro, nem soldado.

O rio das costas tem a barra mui defensável, capaz de embarcações menores, boas terras, e três moradas.

Porto Seguro cinqüenta vizinhos, três aldeias de índios, muito pau do Brasil, nenhum soldado nem fortificação.

.....

12. Termo utilizado, para efeito de censo, para designar a unidade familiar ou de casas habitadas.

O rio das Caravelas quarenta vizinhos, sem fortificação nem soldado, e zimbo que se carrega para Angola.

O Espírito Santo, cabeça da capitania, bom porto, bem situado (entre a Bahia e Rio de Janeiro) e mui requisitado dos holandeses: quinhentos vizinhos em todo o distrito, quatro aldeias de índios, um forte com quatro ou cinco peças, e vinte e quatro soldados.

A cidade de Cabo Frio doze vizinhos, uma aldeia de índios, um forte com duas peças, e nenhum soldado.

A ilha Grande, cento e cinqüenta vizinhos. A ilha de S. Sebastião cento e vinte, e ambas sem fortificação.

Vila de Santos duzentos vizinhos, dois fortes, um na barra, outro dentro no rio, quatro pessoas de artilharia, e nenhum soldado.

S. Paulo, que fica dezoito léguas pela terra dentro, setecentos vizinhos e muitos índios. Não tem fortificação nenhuma, nem a há mister, porque se defende com a serra de Parampiacaba, alta de uma légua, na qual há um só caminho capaz de um só homem.

Vila de S. Vicente, cabeça da capitania, vinte vizinhos, e ruínas de um forte.

Vila da Camanca, com vizinhos, e nenhuma fortificação.

Vila de santa Catarina, dez ou doze vizinhos.

Estes são os lugares que temos no Brasil, quase todos férteis das mesmas drogas da Bahia e Rio de Janeiro, e menos ricos somente por falta de habitantes. Estão todos à beira do mar expostos a qualquer intento do inimigo, e todos distantes muitas léguas uns dos outros, sem se poderem socorrer, que é circunstância que os faz muito menos defensáveis, e que muito se deve advertir.

África

As terras de África, pertencentes ao domínio de Portugal, começam no estreito de Gibraltar, e acabam no mar

Roxo, continuando-se a costa por espaço de mais de três mil léguas.

Não falando nas fortalezas do Tânger e Marzagão, a principal cidade que temos na parte meridional desta costa, é a cidade de S. Paulo de Luanda, cabeça do reino de Angola, tão rica em outro tempo, e tão importante em todo, como é notório.

Tem porto capaz, e fortificado com alguns fortes, mas não defendido, por serem as praças onde se pode desembarcar, muito abertas. Os vizinhos que terá hoje, escapados da transmigração passada, segundo as últimas relações, serão até quatrocentos. Os soldados que estavam vivos ao mesmo tempo, mal chegavam a seiscentos, e hoje se deve supor a terça parte menos.

A facilidade com que os holandeses nos tomaram esta praça, e a com que nós lhes a tornamos a tomar, mostra bem quão pouco defensável é; e tem tanta necessidade de grandes presídios, quanto é a dificuldade de se sustentarem grandes naquele clima, devendo Angola hoje temer-se tanto dos holandeses, como dos castelhanos, e de ambos juntos.

Na conquista pela terra dentro, em distância de trinta até cinqüenta léguas, temos quatro fortalezas. A de Mansangano, entre moradores e soldados, tem trezentos; a de Embaca duzentos; a de Muchima cinqüenta; e a de Cambom o mesmo número.

Na terra firme da Guiné há somente a fortaleza de Cacheu com cinqüenta portugueses.

Na mesma altura ficam as ilhas do Cabo Verde, que são nove, e só uma está povoada, com a cidade de S. Tiago, que tem uma boa fortaleza no alto, e três redutos na marinha. Os portugueses que ali vivem, são até cem; o presídio consta de dez ou doze companhias de negros mestiços da terra.

Em S. Tomé (cuja fortaleza tomaram os holandeses antes da publicação da trégua) pertence-nos o resto da ilha, e

a cidade ou povoação, que é de poucos portugueses, mas estes e o governador estão tão sujeitos, ou tão unidos com os holandeses, que pouco terão ali que conquistar, quando fiquemos em guerra.

Para o sul de Angola, fica só a fortaleza de Bengala, onde nem os holandeses nem nós podemos sustentar nunca mais que quinze soldados ou vinte, e sempre enfermos; tão maus ares tem aquele sítio, sendo que tem outras comodidades.

Da outra banda do cabo da Boa Esperança, é a principal cidade a de Moçambique, rica pelo comércio de ouro, âmbar, marfim daquela costa, e mui importante por ser a escala e abrigo das nossas naus da Índia e China. Também nela param, e a ela se acolhem como sua defesa, abrigo, amparo (que não é tão seguro e forte, como podia e deveria ser) os tesouros ou esperanças dos rios de Cuama e Etiópia. Tem uma boa fortaleza não acabada, com trinta e duas peças, em que assistem hoje até cento e dez soldados: os demais moradores portugueses serão setenta.

Intentaram já os holandeses tomar esta praça, e agora o poderão fazer mais comodamente assistidos da sua fortaleza, que têm na ilha do Cirne na contracosta de S. Lourenço, edificada por eles, como se presume, só com intuito de tomar Moçambique, que também é ilha.

Na terra firme está a fortaleza de Sofala; tem oito falcões, e menos homens, porque não há ali mais que o capitão e cinco até seis portugueses, e poucos ou nenhuns moradores.

Nos rios de Cuama, que são mais estendidos pela terra dentro, temos a fortaleza de Quilimane (em que não há presídio) com oito falcões. Defendem-na em tempo de guerra o capitão com três ou quatro portugueses que por ali vivem com seus cafres.

A povoação de Sena, que tem até trinta portugueses, sem fortificação nem reparo.

A povoação de Tete, que tem vinte e um portugueses, e com alguns mestiços fazem trinta homens de espingarda. É calçada de um parapeito, em que há alguns falcões.

A última fortaleza daquela costa é Mombaça, com dezesseis peças de artilharia. A sua lotação é de cem soldados, mas hoje não tem a metade; e assim que está, como as demais estão, muito mal presidiada de tudo o necessário.

Ásia

Na Ásia pertence a Portugal toda a costa que corre do mar rompente de Nanquim por espaço de mais de três mil léguas, em que temos vários comércios, fortalezas e cidades.

A principal cabeça de todo aquele estado é Goa. Tem quatro armadas de remo, que servem de conduzir as cáfilas, e de as defender contra os malabares, que contra os holandeses não podem; posto que em caso raro lhes têm queimado algumas naus. Consta cada armada de dezoito até vinte galeotas, que leva cada uma de vinte até vinte e cinco soldados.

A ilha de Goa tem nas passagens para a terra firme, cinco fortes. A cidade não tem fortificação alguma, mais que duas fortalezas nas duas barras principais, havendo outros lugares aonde o inimigo, se quiser, pode desembarcar a sua gente sem nenhum estorvo.

Os portugueses que há nesta cidade, serão hoje mil e quinhentos. Não tem presidio, nem soldados mais que os das galeotas, os quais só estão em Goa nos quatro meses de inverno em que o mesmo mar fecha todas as barras da Índia; e é constante opinião de todos os práticos daquele estado, que bastam três mil homens para tomar Goa, e tomada ela, fica perdida toda a Índia.

Para a parte do Norte de Goa, temos as cidades e fortalezas seguintes. A famosa fortaleza de Dio tem quarenta e cinco peças de grossa artilharia; moradores portugueses não chegam hoje a trinta; soldados nos oito meses de verão nenhum, no inverno os que andam embarcados em sete ou

oito fustas, que comboiam a cáfila de Cambaia, e estes serão até duzentos, e só a quarta parte portugueses, e os demais negros.

A cidade de Damão, bem fortificada à moderna, tem vinte e sete peças de artilharia, e defronte, da outra banda do rio, o forte de S. Jerônimo com nove peças; mas nenhum soldado pago tem o forte, nem a cidade, e de moradores portugueses serão até trezentos.

O forte de S. Gens tem seis falcões, um capitão português, e dez soldados pretos.

O forte Danum tem um capitão, quatro soldados portugueses, e quatro falcões. Na povoação há outros quatro portugueses, e cinqüenta negros de armas.

O forte de Trapor tem um capitão, seis soldados portugueses, e uma povoação, em que há trinta moradores portugueses.

O forte de Haim tem um capitão, seis soldados, e trinta portugueses, que vivem na povoação.

Agoacim tem vinte moradores portugueses.

A torre de Manora tem cinco peças, e quinze portugueses.

A serra de Acerim tem cinqüenta e cinco portugueses soldados e moradores, e alguns negros da terra, de espingardas, e de arco e flecha.

A cidade de Baçaim (fortificada de muros e baluartes, que ainda não estão acabados) tem pouca artilharia, nenhum soldado, e duzentos moradores portugueses.

A povoação de Taná tem quinhentos moradores portugueses, três fortes, cada um com um capitão e três soldados.

Bombaim, entre portugueses, e negros espingardeiros, tem setenta.

A fortaleza do Morro de Chaul (forte por natureza e por arte) tem três peças muito grossas, e cinco miúdas. A lotação é de cinqüenta soldados; mas porque os não costuma haver, o tomaram os anos passados, ainda que já está recuperada.

A fortaleza de Caraniá tem alguma artilharia muito miúda, e trinta portugueses na povoação.

A cidade e fortaleza de Chaul (cercada de muros e baluartes, que não estão em sua perfeição) tem treze peças de boa artilharia, e menos de duzentos moradores portugueses.

Até aqui as cidades e fortalezas que ficam na costa da Índia ao Norte de Goa, as que ficam para o Sul são as que se seguem.

A fortaleza de Rachol com cinco peças, e vinte portugueses na povoação.

A fortaleza de Onor, grande, de onze baluartes, pouca artilharia, e trinta e cinco portugueses moradores.

A fortaleza de Cambolim com pouca artilharia, um capitão, e quinze soldados portugueses. É de lotação de cento e cinqüenta lascarins (que são negros da terra) de que ao presente não há mais que quatro ou cinco, e o mesmo sucede em outras fortalezas em que também ordena vossa majestade, que haja lascarins, mas não os há por falta de paga.

A fortaleza de Barcelor com artilharia miúda, e trinta e cinco portugueses na povoação.

A fortaleza de Mangalor, com trinta portugueses na povoação.

A fortaleza de Cananor é grande, os muros estão uns por acabar, e outros quase arruinados; tem onze peças de artilharia, e quarenta portugueses moradores.

A fortaleza de Cranganor tem pouca artilharia, e fraca, quarenta portugueses na povoação, e alguns tão pobres, que nem armas têm.

A cidade e fortaleza de Cochim, tem trezentos moradores portugueses, fraco muro, uma peça, e três pedreiros.

A fortaleza de Coula tem treze peças, e sessenta portugueses moradores. Daqui e de Cochim vem toda a pimenta. Esta é a última fortaleza que temos até o cabo de Camorim. Da outra banda do cabo, na contracosta da Índia, temos as terras seguintes:

A povoação de Haga, que tem cento e quarenta portugueses, e está hoje fortificada.

A cidade de S. Tomé em Meliapor, cercada de muros e baluartes, com trinta peças de ferro de seis até doze libras, e cento e vinte moradores portugueses.

No rosto do cabo fica a grande e rica ilha de Ceilão, de onde vem toda a canela. Temos nesta ilha a fortaleza e cidade de Columbo, que está entre as duas fortalezas de Negumbo e Gale, as quais hoje são ambas dos Holandeses.

Assistem em Columbo mil e quinhentos soldados, que é o maior ou quase todo o presídio que tem a Índia; mas nem por isso está segura a fortaleza, antes mui arriscada, assim pelas forças do holandeses serem superiores, não só fora, mas na mesma ilha, como principalmente, porque Columbo não pode ser socorrida senão na monção, e os socorros necessariamente hão de passar por junto a uma das fortalezas do holandeses, os quais com tomarem a de Manar, que não tem resistência, nos ficarão totalmente impedindo os mantimentos, com que é força que a nossa gente se renda à fome. Tem Columbo trinta peças de artilharia.

Na mesma ilha de Ceilão temos o reino de Jafanapatão, em que há duas fortalezas, uma do mesmo nome e outra que se chama do Caes, presidiadas com duzentos e dez soldados.

Em outros lugares da mesma ilha, há mais quatro fortalezas, a saber:

A de Trequilimale, que tem quatorze peças, e cinqüenta soldados.

A de Manar, que tem cinco peças e cinqüenta portugueses moradores.

A de Bacecalou, que tem nove peças, e noventa soldados portugueses e negros.

A de Calivono, que é formada de uma estacada, com três ou quatro falcões.

No estreito de Pereira temos dez fortalezas. Mascate, que é a principal, tem quarenta e sete peças grossas, e oitenta e quatro miúdas.

Residem nesta fortaleza sempre setenta soldados, e no inverno os da armada que aqui há, de oito ou nove galeotas, que serão duzentos. Sucedeu Mascate a Ormuz, e por ela nos vem hoje o comércio de Pereira.

As outras fortalezas são Curiate, Macara, Sibó, Boroa, Guelbo, Libidia, Mada, Doba, Sear; das quais esta última tem seis peças, e até trinta portugueses, e as outras não têm artilharia, nem portugueses mais que o capitão, a quem acompanham alguns lascarins.

A última cidade que temos na Ásia, é Macau, segunda na grandeza entre todas as do Oriente. Tem mil casas de portugueses, e cinco fortes guarnecidos de mui boa artilharia.

É o empório de todo o comércio e riquezas que vêm da China, e também o era das do Japão, onde vossa majestade de novo tem mandado embaixadores; mas em caso que firmemos em guerra, tudo isto se perde no mesmo ponto irremediavelmente, porque sendo os holandeses senhores de Malaca, fica-lhe tapada a Macau a garganta por onde se alimentava, e não tem outro remédio mais que entregar-se ou aos mesmos holandeses, ou aos castelhanos de Manila.

Em todas estas fortalezas de Ásia se há de advertir, que ainda que temos muros e baluartes, as fortificações foram feitas, pela maior parte, no tempo em que só tínhamos guerra com o gentio da terra, para o qual bastava menos força, que para resistir ao inimigo da Europa; não sendo também a fábrica conforme as regras de arquitetura militar moderna, com que ficam menos defensáveis.

Mas a maior falta de todas, é a de gente, pois tirando cinco ou seis cidades, raras chegam a ter duzentos portugueses, e muitas não têm vinte.

Pelo contrário, é comum sentimento de todos os práticos da Índia, que sem ir novo poder de Holanda, basta o

que os holandeses têm hoje na Índia para a tomarem toda, como sem dúvida a tiveram já tomada, se a aclamação gloriosa de vossa majestade não impedira o curso a sua vitória.

É tão grande o poder que os holandeses têm na Índia, que no ano que sitiaram Malaca com uma armada de vinte e duas naus, tiveram na barra de Goa dezoito, e meteram no Ceilão dois para três mil homens, e nem por isso deixaram de mandar para Holanda as suas dez naus de viagem, e de trazerem todas as costas (das quais são absolutos senhores) cheias de navios de corso e mercancia, como costumam; e bastará só chegar à Índia a nova de que ficamos em guerra com os holandeses, para que tudo desmaie e se renda.

Finalmente, uma das razões que acrescentaram muito aos portugueses da Índia o afeto com que aclamaram a vossa majestade, foi a consideração de se verem por este meio livres da opressão de Holanda; e quando lá chegue a nova de que Portugal fica em guerra com os holandeses, e Castela em paz, bem se deixa ver qual será a desesperação, sentimento e dor daqueles tão afligidos vassallos e tão beneméritos.

Estas são, senhor, as praças que vossa majestade tem nas três partes das nossas conquistas, que são as mesmas que as do mundo – África, Ásia, América. Fazem todas o número de oitenta e sete, das quais as setenta não têm nenhum soldado pago, e ainda os moradores portugueses são tão poucos, como fica dito, tendo mostrado a experiência na Índia, como em toda a parte, quão pouco monta esta gente para a guerra.

Todas estas praças, ainda as menores, são de grande importância, porque de umas dependem as drogas do comércio, de outras a conservação e a segurança dele, e das outras os mantimentos com que se sustentam as demais; e estando todas tão divididas entre si, e tão apartadas de Portugal, bem se vê quão dificultosamente se poderão defender, nem ser socorridas.

No papel a que respondo, se diz que com os socorros ordinários se poderão conservar, mas a experiência tem

mostrado, que nem com os ordinários, nem com os extraordinários, como se viu na perda de Ormuz, de Gale, de Malaca, de Pernambuco, da Paraíba, e outras praças que eram as mais fortes que tínhamos, e foram socorridas extraordinariamente com tudo o que havia no reino e nas conquistas, ainda em tempo que elas estavam mais florentes, e o inimigo menos poderoso.

Quanto mais que nem esses socorros ordinários se hão de mandar, nem se se mandarem hão de chegar às conquistas, se tivermos guerra com os holandeses, porque a navegação há de estar impedida, o cabedal há de faltar, a guerra de Castela nos há de ocupar de tal modo as forças e o cuidado, que não há de haver quem se lembre das conquistas, quanto mais quem as socorra.

E se hoje (que não entramos ainda nesta guerra), havendo dois meses que veio o aviso de Angola, e sendo aquela mata de tanta importância, se lhe não tem mandado nenhum socorro; como havemos de crer serão socorridos no meio de nossa opressão as praças que estão muito mais longe, e que porventura não doem tanto?

Finalmente, todos os meios que se dão, e se podem dar para a defesa de nossas conquistas, consistem em uma armada, ou junta ou dividida; e dado que esta armada se possa fazer e sustentar, bem se vê quão impossível empresa é, querer com uma armada defender os mares e terras que temos em oito mil léguas de costa.

Por amor de Deus, e por amor de vossa majestade, e por amor da pátria, peço a todos os que lerem este papel, que depois que representarem consigo a grandeza, a importância, a extensão das nossas conquistas e navegações, considerem como se pode acudir a tudo isto oportuna e efetivamente com uma só armada, e verão com quantas dificuldades, com quantas implicâncias, e com quantos impossíveis encontram, ainda os que por experiência os não têm visto.

Perder-se-á sem dúvida a Índia, e o Brasil também não durará muito; e não será necessário para o inimigo nos tirar estes dois e tão grandes estados mais que dois golpes, um que leve Goa, outro que leve a Bahia, sendo tão fácil o primeiro, e tão possível o segundo, como fica mostrado.

Isto, senhor, se pode conservar com muros de paz, e assim o entenderam os senhores reis antepassados de vossa majestade, que tinham paz com todo o mundo, e enquanto a tiveram foram senhores das três partes dele.

Em consideração de tudo o referido neste papel, o meu voto seria, que vossa majestade lance mão de uma coisa e outra; que façamos paz com Holanda melhorando as condições do tratado quanto for possível, e que juntamente se ponham em execução (quando puder ser) os meios que se apontam para a guerra, aplicando-os todos à de Castela, na qual teremos bastantes ocasiões, para que Deus nos faça as mercês, e ainda os milagres que da sua misericórdia esperamos.

O melhoramento que se pode esperar nos artigos, é o seguinte:

No primeiro, que nos fique aquela terça parte de Sege-ripe comprando-a a dinheiro, para o que parece bastarão quarenta ou cinqüenta mil cruzados, alegando-se para isso que o rio de S. Francisco, por ser mais largo, é mais capaz para a divisão, e para evitar as contendas que podem perturbar a paz.

No quarto, quinto e sexto, que tratam das dívidas, pode-se fazer uma composição sobre elas, reduzindo-as a certa quantidade de dinheiro ou açúcar, a pagamentos largos.

No undécimo ou duodécimo, suposta a tomada de Angola, haverá novas e maiores dificuldades. Sem nos obrigarmos a dar aos holandeses os negros que lhes forem necessários para a lavoura de Pernambuco, de certo que não hão de vir a nenhum acomodamento; e assim se lhes deve prometer, sendo lícito em consciência, como parece que é, e se mostrará em papel particular.

Também hão de insistir em pedir restituição da praça pelo direito que pretendem ter a ela; e não será pouco que se contentem com lhes darmos aquele preço, porque lha queríamos comprar, antes de a tomarmos; porque agora compramos-lhes a praça, e mais o agravo.

E sobretudo hão de insistir em terem uma fortaleza em Angola. Ainda que este ponto se deve resistir quanto for possível, em um caso último, não deixará por ele de efetuar-se a paz.

No décimo terceiro, em matéria de liberdade de religião, não se pode desejar mais, que o que se capitulou com os moradores de Paraíba, que era toda a que tinham debaixo de el-rei de Portugal.

No décimo quinto se deve procurar, que a cláusula dos índios se não exprima; e quando se não possa vencer, poder-se-á capitular em um só artigo secreto, como é coisa ordinária no tratados de pazes.

E quanto à execução não parece que tem mais dificuldade em Portugal, que em Castela; nem será necessário chegar a este meio; porque ou no santo officio há súditos dos estados de Holanda presos, ou não; se os não há, cessa esta questão; se os há, despachem-nos com estes.

No décimo sexto se deve tirar totalmente aquele artigo, ainda que o seguinte o modere. E quando não se possa conseguir, ao menos se hão de exprimir os casos do rompimento, os quais devem ser mui raros e de matéria gravíssima.

Pelo modo acima declarado, parece que ficam melhorados os perigos quanto é possível. E porque com o sucesso de Angola os holandeses hão de estar mui escandalizados, e com as pazes entre Castela e França, nós estamos de pior partido, e nenhuma destas circunstâncias é acomodada para melhorar tratados, importa que com as novas instruções dos artigos mande vossa majestade remeter a seus embaixadores a maior quantidade de dinheiro que for possível, que são as armas com que se vencem estas dificuldades, e o mais bara-

to preço por que se comprem as conveniências, nem há hoje no mundo outro modo de negociar, e muito menos em Holanda, onde tudo é venal, e só a conveniência reina.

As conveniências e utilidades que se nos seguem da paz com Holanda, não temos necessidade de as ponderar todas, mas para maior evidência diremos algumas, para que as outras se infiram destas.

Ficamos sem um inimigo tão poderoso, logramos os frutos das nossas conquistas; pouparemos a fazenda que se havia de gastar em tão custosa guerra, e recolheremos os nossos galeões da Bahia, que juntos aos que cá temos, farão uma poderosa armada.

Não tiraremos a gente do reino, de que tanto necessitamos; antes poderão vir do Brasil alguns soldados, que nos serão mui bons companheiros, e teremos por via dos holandeses todos os gêneros de guerra e navegação pelos direitos do sal. O mesmo sal terá segura venda e extração em maior quantidade de navios, que nunca teve no nosso reino.

Nestes mesmos navios se poderão conduzir os socorros de França, que de outro modo ficam impossibilitados, porque os holandeses têm número e poder de navios, e conveniências para nos meterem em Portugal a pouco custo todos estes socorros, e os mais que nos forem necessários, que é ponto digno de grande reparo e consideração, não podendo o reino ser socorrido senão por mar.

E para consolarmos a perda (posto que não é tanta como se imagina, e deixamos acima referido e declarado) da restituição da campanha de Pernambuco, tornaremos a entrar de posse da fortaleza de Naguabo, e das terras que lhe pertencem em Ceilão, como estava capitulado.

Abriremos o comércio dos rios de Cuama, e do estreito de Meca: descobriremos as novas drogas do Maranhão e Pará: tomaremos o rio da Prata, como se pode fazer com grande facilidade e interesse nosso, dano e diversão de Castela, a que se podem aplicar os homens de S. Paulo.

E com as nossas forças todas unidas e aumentadas, poderemos melhor visitar ao inimigo, que será um, e quanto mais provável fizermos nossa defesa, mais companheiros teremos que nos ajudem a ela.

Nesta maneira se poderão introduzir as companhias com mais segurança e proveito, e aumentar-se o comércio, que só com a paz cresce, e com a guerra se destrói; reservando o que agora queríamos fazer aos holandeses para tempo mais oportuno, em que não só lhes tornaremos a tomar o que agora lhes restituímos, mas tudo o que tão injustamente possuem nas nossas conquistas, e o uniremos com grande glória à coroa de vossa majestade, à qual, não por esta, senão por outra guerra, tem Deus guardado para possuir o império do mundo.